

06-01-Apreciação da Proposta Orçamentária para 1992.

02-Apreciação da Programação Trienal de Investimento da
Universidade : 1991-1993

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

A T A Nº 04/91

001 A os oito dias do mês de outubro do ano de mil, novecentos e
002 noventa e um, com início às oito horas e quarenta e cinco mi
003 nutos, no Salão Nobre da Faculdade de Agronomia Eliseu Ma
004 ciel, realizou-se uma sessão ordinária do Conselho Universi
005 tário da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presi
006 dida por seu Presidente, Professor Amilcar G. Gigante, Magní
007 fico Reitor, a qual contou com a presença dos seguintes con
008 selheiros: Professores Jorge Umberto Béria, em substituição
009 ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Maria Isabel da
010 Cunha, Pró-Reitora de Graduação e Assistência; Aldyr Garcia
011 Schlee, Pró-Reitor de Extensão; Moacir Cardoso Elias, Dire
012 tor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; Adair Luis Ste
013 fanello Busato, Diretor da Faculdade de Odontologia; José
014 Gilberto da Cunha Gastal, Diretor da Faculdade de Direito;
015 Maria Elizabeth Maurer de Salles, Diretora do Conservatório
016 de Música; Zilma da Costa Tambara, Diretora da Faculdade de
017 Ciências Domésticas; Wanderley Rospide da Motta, Diretor da
018 Faculdade de Medicina; Florismar Oliveira Thomaz, Diretor da
019 Escola Superior de Educação Física; Céres Maria Torres Bo
020 natto, Diretora da Faculdade de Educação; Angela Maria Si
021 notti Rocha Gonzales, Diretora do Instituto de Letras e Ar
022 tes; João Nelci Brandalise, Diretor do Instituto de Biologia;
023 José Rubens Silveira Acevedo, Diretor do Instituto de Ciên
024 cias Humanas; Roberto Westrupp, Vice-Diretor do Instituto de
025 Física e Matemática; Jorge Luis Martins, Diretor do Institu
026 to de Química e Geociências; Maria Amélia Soares Dias da Cos
027 ta, Diretora do Instituto de Sociologia e Política; Darci Pe
028 goraro Casarin, Diretor da Faculdade de Meteorologia; Eurico

029 Guimarães de Castro Neves, Diretor da Faculdade de Engenha-
030 ria Agrícola; Paulo Afonso Rheingantz, Diretor da Faculdade
031 de Arquitetura e Urbanismo; José Leonel da Luz Antunes, Dire-
032 tor do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça; Morenei Oli-
033 veira Chaves, Representante dos Professores Assistentes; Mar-
034 co Aurélio Vaz, Representante dos Professores Auxiliares; Ma-
035 ria de Lourdes Valente Reyes, Representante do COCEPE; Na-
036 gilah Silva Pons, Representante Comunitário; Bel. Luiz Osó-
037 rio Rocha dos Santos, Prô-Reitor Administrativo; os Acadêmi-
038 cos Angelo Elocir Zeni, Eracy Lafuente Pereira, Fernando Al-
039 berto C. Henning, Almir Antonio Gnoatto, todos Representan-
040 tes discentes e mais o Administrador João Alcides de Souza
041 da Cunha, Representante do Pessoal Técnico e Administrativo.
042 Estiveram ausentes os conselheiros Luiz Henrique Schuch, In-
043 guelore Schneumann de Souza, Marli Costados Santos, estes
044 por motivo justificado; Antonio Lucas Meleu Gomes, Claudio
045 Mairan Brazil, Hilda Costa Acevedo, Paulo José Menegasso, Lu-
046 ís Roberto da Silva Marques, Josias Lech, Alis Jein Josefi-
047 des Scacino e Alcides Renato Roxo da Silva. Participaram, a
048 inda, da sessão na qualidade de convidados, o Professor Héli-
049 vio Debli Casalinho, Assessor de Planejamento Geral e a Eco-
050 nomista Maria Júlia Pereira da Silva, Chefe da Coordenadoria
051 de Orçamento. Constatado haver número legal de conselheiros
052 presentes, o Senhor Presidente deu por abertos os trabalhos
053 fazendo referência ao esforço empreendido pela Secretaria
054 dos Conselhos que permitiu chegar a atualização das Atas des-
055 te órgão, bem como ao esforço especial dispensado para que
056 o vasto material a ser apreciado na presente sessão fosse
057 distribuído em tempo hábil. Item 1. Apreciação das Atas nºs
058 07 e 08/90 e 01, 02 e 03/91. Colocadas em discussão, foram
059 solicitadas as seguintes correções: Com relação a Ata 07/90
060 o Professor Eurico solicitou fosse às fls. 14, linhas 535 e
061 536, retificado o nome do Professor Aparecido Alexandre Mor-
062 ga que constara incorretamente; no mesmo documento, às fls.
063 11, linhas 404, o Professor Casarin solicitou fosse substi-
064 tuida a expressão "pela Reitoria" para "pelo Reitor". Com re-
065 lação a Ata 01/91, fls. 02, linhas 44, o servidor João Alci-
066 des, Representante dos servidores técnico-administrativos so-
067 licitou a retificação de seu cargo básico para Administrador,
068 ao contrário do que fora consignado. A seguir os documentos
069 supracitados foram postos em votação e, em não havendo nenhu

28

27x
28

070 ma consideração em contrário, dados por aprovados com a in-
071 serção das emendas solicitadas. Item 2. Informes do Reitor.
072 O Senhor Presidente deu conhecimento ao plenário de que, nos
073 últimos meses, a Associação Nacional dos Dirigentes das Ins-
074 tituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES reuniu-se di-
075 versas vezes contando, alternadamente, com a sua presença ou
076 do Professor Schuch. Com relação ao movimento grevista, des-
077 tacou que a atitude adotada pela ANDIFES foi no sentido de in-
078 sistir no estabelecimento de negociações entre o Ministério
079 da Educação e os representantes do movimento - Comando de
080 Greve e orientar aos Reitores no sentido de não tomarem mai-
081 or participação na negociação entre as duas partes. Disse, a
082 inda, que logo após a posse do Professor Goldemberg à frente
083 do Ministério da Educação, vários encontros foram mantidos e
084 que, neste momento, está sendo realizada mais uma reunião en-
085 tre os Reitores das Universidades Federais e Representantes
086 do MEC com o objetivo de discutir questões relacionadas ao
087 orçamento para o ano de 1992 e que, paralelamente, a ANDIFES
088 vem insistindo junto aos órgãos oficiais para a liberação dos
089 recursos concernentes ao orçamento de 1991 que se acham acen-
090 tuadamente defasados, tanto para Custeio como, muito especi-
091 almente, para Capital. À oportunidade, o Senhor Presidente,
092 igualmente, informou ao plenário que, recentemente, fora e-
093 leito para assumir a Vice-Presidência da ANDIFES o Professor
094 Nelson Maculan Filho, Reitor da Universidade Federal do Rio
095 de Janeiro, em razão do término do mandato de Diretor do
096 CEFET de Minas Gerais, o que lhe permitia ocupar a Vice-Pre-
097 sidência daquela entidade. Continuando sua explanação, o Pro-
098 fessor Amilcar disse que, na reunião do Conselho de Reitores
099 da qual participara em agosto último, tivera a oportunidade
100 de integrar a oficina de trabalho apresentando o tema intitú-
101 lado "Revitalização da Universidade", cuja cópia fora distri-
102 buída aos Conselheiros com a convocatória para conhecimento
103 (Anexo I). Tal reunião culminou com a elaboração de um docu-
104 mento final, intitulado "Carta de Vitória" que somente há
105 poucos dias chegou à UFPel e que, agora, procurava divulgar,
106 em rápidas palavras. A nota básica desse documento - salien-
107 tou, diz respeito ao reconhecimento da importância de que se
108 ja definido um projeto nacional e que nesse documento haja u-
109 ma definição muito clara de um projeto de educação. Outra con-
110 clusão da reunião do Conselho de Reitores foi a sugestão pa-

28

111 ra que todas as Universidades procurem elaborar, ao longo
 112 dos próximos seis meses, projetos pedagógicos e foi, com mui
 113 ta satisfação - disse o Professor Amilcar, que pôde comentar
 114 sobre o Projeto Pedagógico aplicado na UFPel, o que lhe deu
 115 a certeza de estar trilhando o caminho certo quando buscou
 116 alcançar aqui este objetivo. Finalizando, disse que na próxima
 117 reunião do Conselho de Reitores, a acontecer em março/92
 118 em Sergipe, será dada continuidade ao trabalho envolvendo 'o
 119 Projeto Pedagógico das IFES. A seguir propôs fosse alterada a
 120 ordem de apreciação da pauta, com a análise primeira dos i-
 121 tens 06.1 e 06.2 relativos a Proposta Orçamentária para o a-
 122 no de 1992 e da Programação Trienal de Investimento: 1991-
 123 1993, uma vez que contávamos com a presença, no plenário, do
 124 Professor Casalinho, especialmente convidado para prestar
 125 maiores subsídios sobre esses itens. Destacou, ainda, confi-
 126 ar que a apreciação da Proposta Orçamentária se desse de for
 127 ma bastante objetiva dado a antecedência com que o material
 128 fora distribuído, permitindo um estudo mais tranqüilo por
 129 parte dos Senhores Conselheiros e também porque a questão já
 130 havia sido objeto de avaliação em reunião com os Senhores Dire
 131 tores de Unidade. O Senhor Presidente destacou, ainda, a
 132 excepcional importância desses assuntos que se constituem num
 133 ma continuidade da caminhada que tivera início no Seminário
 134 "Repensando a UFPel", e referiu que fora em conseqüência desse
 135 se evento que este Conselho aprovara as diretrizes gerais para
 136 ra a elaboração do Plano de Desenvolvimento e, nessa seqüên-
 137 cia, fora criada uma Comissão para estudar o problema da Conso
 138 solidação da Área Física da Universidade. Em seguida salien-
 139 tou que, seguindo a tendência do governo federal, que já es-
 140 tabelecera uma Programação Trienal de Investimento em Ciên-
 141 cia e Tecnologia e que, neste momento, trabalha nos investi-
 142 mentos para as demais áreas, está também tentando trazer a
 143 este Conselho para discussão um documento que trata da Pro-
 144 gramação Trienal de Investimento da UFPel. Evidentemente -
 145 disse o Senhor Presidente, nenhum desses documentos é rígido,
 146 todos deverão ser objeto de discussão e aperfeiçoamento ao
 147 longo da caminhada em busca da consecução dos objetivos mai-
 148 ores da Universidade. E é exatamente sobre esta palavra - U-
 149 niversidade, que mais uma vez volto a insistir do quanto te-
 150 nho a sensação, embora esta seja uma opinião pessoal que, por
 151 muitas razões que não vêm agora ao caso, que por muitas se-

152 qüências de fatos que muitos conhecem melhor do que eu, a U-
153 niversidade Federal de Pelotas ainda encontra muita dificul-
154 dade em pensar-se como Universidade. E continuando disse: Se
155 nós lembrarmos que Universidade só tem sentido num momento
156 em que a conjugação de conhecimento das várias áreas concre-
157 tiza o que se pode chamar de interdisciplinaridade ou até a-
158 quilo que eu prefiro chamar de trans-disciplinaridade; se
159 nós lembrarmos que a escassez de facilidades de toda ordem
160 tem sido constante nas Universidades em geral e, na de Pelo-
161 tas um pouco mais por alguns aspectos históricos, a dificul-
162 dade de recursos poderá ser até certo ponto minorada, na me-
163 dida em que conjuguemos esforços de todos os setores. Tenho
164 dito vez por outra - disse o Professor Amilcar, e gosto de
165 repetir, que uma das tendências da Lei de Diretrizes e Bases
166 da Educação é a de diminuir o número de Universidades e cri-
167 ar Centros de Educação Superior, que nada mais serão do que
168 escolas de terceiro grau. E eu receio que as Universidades
169 que não caminharem o suficiente na direção de serem verdadei-
170 ramente uma Universidade, possam ser surpreendidas nos próxi-
171 mos meses ou nos próximos anos, com um retrocesso em sua si-
172 tuação de relação com os órgãos públicos e de relação com os
173 organismos financiadores de pesquisa, etc... Penso que, quan-
174 do discutirmos daqui há pouco, esses aspectos que têm a ver
175 com os próximos anos da Universidade e que pouco significam
176 porque em Universidade pesam muito mais as décadas do que
177 uns poucos anos, eu deva fazer uma apelo para que todos nós
178 cultuássemos as tradições das nossas Unidades de origem sem
179 perder, contudo, a proximidade de um momento em que, prova-
180 velmente, essas tradições têm de ser conservadas num sentido
181 de pensamento e têm de ser discutidas num sentido de utiliza-
182 ção material. Encerrada sua explanação inicial, o Professor
183 Amilcar submeteu à consideração do plenário sua proposição de
184 apreciação dos itens 06.1 e 06.2 da ordem do dia, conforme
185 já mencionara inicialmente, o que contou com a anuência dos
186 presentes. Em seguida, mencionou ter havido um pequeno equí-
187 voco na inclusão dos assuntos na convocação, uma vez que nem
188 todos os Processos relacionados no item 6 haviam sido efeti-
189 vamente apreciados pela Comissão de Administração e Finanças.
190 Item 6. Processos relatados pela Comissão de Administração e
191 Finanças, tendo como relator o Bel. Luiz Osório. 06.01. Apre-
192 ciação da Proposta Orçamentária "extra-teto" para 1992 (Ane-

193 xo II). Fazendo uso da palavra, o Bel. Luiz Osório esclare-
 194 ceu que o Processo traz basicamente a Proposta Orçamentária
 195 para 1992 sob duas formas: uma, se atendo ao teto estabeleci
 196 do pelo Ministério da Educação e outra, que se constitui em uma
 197 proposta de "extra-teto" que realmente procura compatibili-
 198 zar os recursos necessários em orçamento, para que a Univer
 199 sidade funcionasse. Em seguida passou à leitura do Parecer
 200 da referida Comissão: "O documento que chega a Comissão de
 201 Administração e Finanças traz, ao cabo, o orçamento da Uni -
 202 versidade Federal de Pelotas para 1992, apresentado em duas
 203 colunas representando o que é e o que deveria ser. O que é
 204 se atém ao teto fixado pelo Ministério da Educação que, em
 205 Outros Custeios e Capital, representa apenas 41,50% do orça-
 206 mento para iguais rubricas de 1991. Sobre este orçamento, tam
 207 bém entende a Comissão que o Conselho Universitário não deve
 208 deliberar, uma vez que o prazo concedido pelo Ministério da
 209 Educação - 48 horas - não permitiu análise prévia da propos-
 210 ta, forçando a Administração a um ato ad referendum. Neste
 211 caso propõe a Comissão que o Conselho Universitário referen-
 212 de o encaminhamento dado pelo Reitor. O orçamento que deve -
 213 ria ser, ou extra-teto, subverte as correlações do primeiro
 214 e fixa, à conta de recursos do Tesouro, 46,20% para pessoal
 215 e 53,80% para Outros Custeios e Capital, respondendo à anti-
 216 ga exigência de que a UFPel, como Universidade jovem, neces-
 217 sita de investimentos em equipamentos e prédio para se conso
 218 lidar. Ainda sobre o extra-teto, a Comissão faz as seguintes
 219 observações: - no que respeita a investimentos, é idêntico
 220 ao que reserva, para o mesmo ano, o Programa Trienal de In -
 221 vestimentos; - o método de projeção é adequado para preserva
 222 ção do poder de compra do orçamento, observando-se que, embo
 223 ra conste na metodologia de cálculo, os recursos para pesso-
 224 al não foram previsto no extra-teto; - há compatibilidade en
 225 tre as prioridades apresentadas à página 05 da proposta e os
 226 valores alocados nos diferentes projetos/atividades; - a exi
 227 gibilidade de divisão entre atividades fim e meio não é con-
 228 siderada, o que elimina a artificialidade de se ter, como na
 229 proposta submetida ao teto, despesas fixas, tipicamente admi
 230 nistrativas, a descoberto ou cobertas pela atividade acadêmi
 231 ca; Por estas razões a Comissão recomenda a aprovação da pro
 232 posta de extra-teto. É o parecer. Em 07/10/91 Angela Maria
 233 Sinotti Rocha Gonzales, Ângelo Elocir Zeni, Luiz Osório Rocha

ex

234 dos Santos." Como informação adicional aos conselheiros, o Se
235 nhor Pró-Reitor esclareceu que o Ministério da Educação esta
236 beleceu uma exigência de que a proposta viesse claramente di
237 vidida em atividade meio e atividade fim. Essa exigência foi
238 cumprida na elaboração da proposta teto; contudo, na propos-
239 ta "extra-teto" a Universidade não seguiu essa metodologia
240 de forma a evitar a obtenção de uma situação absolutamente
241 artificial que significa não se ter cobertura em atividade
242 administrativa para cobrir despesas tipicamente administrati
243 vas, as quais, não sendo cobertas por esta atividade teriam
244 de sê-lo por recursos da atividade acadêmica o que acaba des
245 caracterizando a divisão de atividade fim e meio para efeito
246 orçamentário. Disse, ainda, que em razão de a Comissão enten
247 der que a proposta está coerente com o Plano Anual e o Plano
248 Trienal de Investimentos para, especificamente, o ano de
249 1992 e que há compatibilidade entre a aplicação de recursos
250 e as prioridades estabelecidas, recomenda a aprovação do pre
251 sente documento que, após, deverá ser submetido ao Conselho
252 Diretor da Fundação para apreciação também naquele órgão. Em
253 seguida, manifestou-se o Professor Casalinho justificando
254 aos Conselheiros que, apesar de a Assessoria de Planejamento
255 haver trabalhado na elaboração da Proposta Orçamentária para
256 1992 com bastante antecedência, com base em dados encaminha-
257 dos pelas Pró-Reitorias, não houve tempo para, mais uma vez,
258 ao contrário do que era pretendido pela administração, discu
259 tí-las com os Diretores de Unidade, face a Universidade ha -
260 ver tomado conhecimento, em um prazo de apenas quarenta e oi
261 to horas, do baixo valor teto destinado às Universidades em
262 geral para o orçamento do próximo ano, o que resultou na re-
263 visão em um tempo absolutamente exíguo de todas as projeções
264 anteriormente feitas, as quais previam destinação de recur -
265 sos para aumento do número de bolsas de pesquisa, acadêmicas,
266 de extensão e de treinamento de pessoal na área de recursos
267 humanos, que não puderam ser atendidas. À respeito dessa po-
268 sição do MEC de reduzir drasticamente o orçamento teto das
269 IFES, foi adotada uma postura unânime por todos os Reitores,
270 Pró-Reitores de Administração e Planejamento e pessoal liga-
271 do a área de, num gesto de protesto, praticamente reproduzir
272 os percentuais do orçamento de 91. Continuando, o Professor
273 explicou que os valores apontados, por exemplo, para a ativi
274 dade meio, embora venham a ser corrigidos pela aplicação de

282
uf

275 um fator de atualização do orçamento, ainda assim serão tão
276 pequenos que apenas sustentarão a Universidade por um período
277 de aproximadamente dois a três meses, a partir do próximo
278 ano. A atividade-meio compreende toda a parte de despesas fixas
279 da Instituição como PASEP, Restaurante, Residência-médica,
280 etc... - explicou, e o valor previsto contempla apenas pagamento
281 de energia elétrica, telefone e alguma coisa a mais, o que se constitui
282 em uma situação gravíssima. O Professor Casalinho ainda deu conhecimento
283 ao plenário que os valores inicialmente fixados pelo MEC eram ainda
284 menores que esses, o que resultou em uma manifestação de protesto de
285 todos os Reitores, possibilitando uma pequena revisão mas ainda totalmente
286 insatisfatória, uma vez que a dotação prevista para atividade-meio
287 representa, para 92, 40% do valor fixado para a mesma rubrica no
288 presente ano. As perspectivas são, portanto, dramáticas - finalizou.
289 Em seguida, fez uso da palavra o Professor Paulo Afonso ratificando a
290 real situação de penúria vivida pela Universidade ao longo dos últimos
291 anos e mencionando sobre o erro sucessivo das áreas de planejamento da
292 Instituição em trabalhar na organização de dados já acontecidos em razão
293 da forma como o governo conduz a negociação do orçamento. Propôs que,
294 para o próximo ano, as Unidades se organizem no sentido de definir com a
295 devida antecedência as suas diretrizes básicas, as suas prioridades de
296 forma a possibilitar a elaboração de um orçamento para o ano de 1993
297 que seja o espelho das metas da Universidade. Salientou, ainda, que
298 dado a situação de dificuldades vivida por todas as Unidades, e visando
299 resgatar o espírito Universitário, deveríamos procurar administrar a
300 crise, talvez seguindo o exemplo adotado pela UFRGS na administração do
301 Professor Jobim, quando foi investido maciçamente em 4 ou 5 Unidades que
302 estivessem em pior situação a cada ano, visando recuperá-las, obedecendo
303 a uma ordem de prioridades. É diferente distribuir um milhão de
304 cruzeiros entre 20 Unidades, do que distribuir essa mesma quantia entre
305 4 ou 5 Unidades mais necessitadas em um ano; entre 4 ou 5 não tão
306 necessitadas no ano seguinte e assim sucessivamente, destacou. Seguindo
307 esse método - explicou o Professor, ao final de sua administração o
308 Professor Jobim conseguiu recuperar praticamente toda aquela Universidade.
309 Finalizando, o Professor Rheingantz disse entendendo que esta é uma
310 proposta que merece ser estudada com a

uf

316 devida atenção, embora a princípio não contemple o interesse
317 de todos, e destacou ser esta a terceira vez que traz essa
318 proposição ao Conselho Universitário. A seguir interveio o
319 Professor Casalinho dizendo achar interessante a proposição
320 do Professor Rheingantz, mas permitindo-se complementar al-
321 guns pontos relativos à elaboração da Proposta Orçamentária
322 "extra-teto" para 1992. À respeito, informou ter a mesma si-
323 do elaborada em todos os seus aspectos com base em dados re-
324 ais encaminhados pelas Unidades o que, de certa forma, atende
325 em parte a colocação do Professor Paulo Afonso. Informou, a-
326 inda, que até o mês de outubro o MEC liberou apenas 40% dos
327 recursos para custeio previstos para este ano. Intervindo, o
328 Bel. Luiz Osório disse que, a título de observação iria fa-
329 zer um pequeno esclarecimento: a Comissão de Orçamento ao es-
330 tudar o trabalho verificou haver uma discrepância entre o Pro-
331 grama Trienal de Investimento e os recursos para equipamen-
332 tos e obras colocados na Proposta de "extra-teto". Na verda-
333 de - explicou, deverão ser retirados três milhões e seiscentos
334 mil cruzeiros da Proposta "extra-teto" no que diz respei-
335 to a equipamentos da atividade acadêmica, permanecendo esse
336 valor apenas na coluna concernente ao Projeto Específico do
337 Radar Meteorológico, face haver constado em duplicidade, de
338 forma a compatibilizar os dados com a Programação Trienal de
339 Investimentos. Não havendo mais nenhuma intervenção, o Senhor
340 Presidente colocou em votação a Proposta Orçamentária "extra-
341 teto" para o ano de 1992, a qual veio a ser aprovada por una-
342 nimidade. Item 06.2. Programação Trienal de Investimento da
343 Universidade: 1991-1993, relatado pelo Professor Hêlvio. Ini-
344 ciando sua explanação, o Senhor relator disse que, após a re-
345 alização do Seminário "Repensando a Universidade" alguns pon-
346 tos foram definidos quanto a utilização da área física, as-
347 sunto este bastante controvertido ao longo dos anos em razão
348 das diferentes posturas assumidas pelas sucessivas adminis-
349 trações da Universidade, e posteriormente consolidadas através
350 do IIº Plano de Desenvolvimento. A partir daí foi constituí-
351 da uma Comissão composta pelo Professor Paulo Afonso Rhein-
352 gantz, Arquiteto Filinto Dourado dos Santos Jr, Engº Marcell
353 no Mendes da Silva Neto, Arquiteta Olívia Lopes Tubino Fer-
354 reira e pelo próprio Professor Casalinho, representando a
355 Assessoria de Planejamento. Salientou que a idéia básica do
356 projeto não consistia na realização de um trabalho ambicioso,

284
27

357 como fora feito em outros períodos, mas alcançar ações e me-
358 tas mais objetivas, mais específicas que procurassem definir
359 e atender as áreas que realmente apresentam maior estrangula-
360 mento na Instituição. Para esse projeto - explicou, foram con-
361 sultados vários trabalhos anteriormente realizados, sempre
362 tendo por base dois princípios fundamentais: o da economia e
363 o da racionalização e, ainda, o crescimento progressivo. O
364 resultado do trabalho foi compilado e distribuído aos Senho-
365 res Conselheiros antes da deflagração do movimento grevista
366 sob o título "Programa de Consolidação da Área Física" (Ane-
367 xo III), o qual deveria ser apreciado em reunião deste Conse-
368 lho, suspensa em razão da paralisação. O trabalho previa a u-
369 tilização do espaço físico da Universidade em multi-campi, com
370 aglutinação em grandes áreas de conhecimento; adequação e me-
371 lhoria do atual Campus, adequação e melhoria do CAVG e do
372 Centro Agropecuário da Palma, que consistiam nos grandes eix-
373 os em que o documento se baseava. Assim, foram elaborados
374 seis projetos básicos: anexo à Faculdade de Odontologia; pro-
375 jeto da Escola Superior de Educação Física; da Faculdade de
376 Meteorologia; do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça; do
377 Campus Universitário e do Centro Agropecuário da Palma. Em
378 síntese, o que este primeiro documento elaborado pela Comis-
379 são apresenta e submete à consideração da Reitoria e do Con-
380 selho Universitário são as vantagens e desvantagens de loca-
381 lização ou de consolidação da base física da Universidade a-
382 través desses seis projetos. A Comissão ainda submete ao fi-
383 nal do projeto uma proposta de utilização de recursos e uma
384 sistemática de encaminhamento dos projetos a partir do momen-
385 to em que forem aprovados por este Conselho. Entre as várias
386 propostas constantes do trabalho uma delas diz respeito - ex-
387 plicou o Professor Casalinho, à proposição da Comissão de
388 que a Faculdade de Meteorologia e a Escola Superior de Educa-
389 ção Física tenham a sua base física consolidada na área hoje
390 utilizada pelo Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça onde,
391 de certa forma, a Faculdade de Meteorologia já tem o seu es-
392 paço em razão da instalação do Radar Meteorológico que lá se
393 encontra nada mais sendo acrescentado; com relação à Escola
394 Superior de Educação Física, a construção de sua base física
395 no espaço do CAVG também contemplaria algumas necessidades
396 do próprio CAVG em termos de prática desportiva, ginásio es-
397 portivo, etc... posteriormente à elaboração desse documento,

28

285 ef

398 e após uma das viagens do Reitor à Brasília, prevaleceu o en-
399 tendimento de que não deveríamos nos restringir somente a
400 questão da consolidação da base física, mas avançar um pouco
401 no programa de investimento, incluindo nesse novo documento
402 toda a questão do espaço físico e mais um conjunto de outras
403 atividades que envolvem equipamentos, material permanente, â
404 rea acadêmica, área administrativa, aquisição de veículos,
405 inverções financeiras, etc... Como resultado desse trabalho
406 temos agora um documento intitulado Programação Trienal de
407 Investimento: 1991-1993 (Anexo IV), que contempla, na verda-
408 de, toda a proposta de Consolidação da Área Física, acresci-
409 da de um conjunto de outras atividades que dizem respeito as
410 necessidades da área acadêmica e da área administrativa. Con
411 tinuando sua exposição, o Professor Casalinho chamou a aten-
412 ção dos Senhores Conselheiros para o fato de que, junto com
413 este segundo documento, fora encaminhado um ofício no qual
414 era mencionado que, no entendimento da área de planejamento,
415 a apreciação formal do Conselho deve restringir-se à Progra-
416 mação Trienal de Investimento porquanto contempla todas as
417 questões relacionadas com a área física, além de outras já
418 referidas. O Professor Casalinho ainda explicitou que algu-
419 mas questões continuam ainda sem uma solução definitiva, em-
420 bora não como impasse, e como exemplo citou o Hospital Esco-
421 la. Disse que ao ser concluída a elaboração do documento não
422 se dispunham de outros elementos para subsidiar o assunto, a
423 não ser o antigo projeto de construção do Hospital que já es-
424 tá protocolado no MEC e, por essa razão, optou-se por fazer
425 no Programa Trienal de Investimento referência àquele proje-
426 to em função de número de leitos, atualização de custos
427 etc..., visto tratar-se do único projeto existente formalmen-
428 te. Destacou que, sobre o Hospital, há algumas outras suges-
429 tões como a proposta agora distribuída aos Conselheiros inti-
430 tulada "Algumas considerações sobre a localização do Hospi-
431 tal Universitário da UFPel" (Anexo V), elaborado pelo Senhor
432 Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Finalizando,
433 o Professor Casalinho ratificou mais uma vez que, ao ser a-
434 precizada a Programação Trienal de Investimento, automatica-
435 mente se estará tratando da questão da base física da Univer-
436 sidade, uma vez que o assunto está contido no projeto maior,
437 embora de forma mais concisa. Contudo, abriu a possibilidade
438 de os dois documentos serem apreciados em separado. No momen-

ey

286
27

439 to seguinte, interveio o Professor Paulo Afonso procedendo u-
440 ma longa explanação relativamente à reuniões acontecidas na
441 FAUrb com o corpo docente daquela Unidade com o objetivo de
442 discutir a questão da possível localização do Hospital Esco-
443 la e que resultou na apresentação do documento por ele elabo-
444 rado e agora distribuído ao plenário, o qual faz uma análise
445 breve das possíveis vantagens e desvantagens da localização
446 do Hospital em três pontos: na Faculdade de Medicina, no Cam-
447 pus Universitário e no CAVG, que são as três áreas disponí-
448 veis na Universidade. O Professor Paulo Afonso veiculou, a-
449 inda, que como resultado das discussões havidas na FAUrb, a-
450 quella Unidade sugere que se contrate um grupo de profissio-
451 nais especializados na área, para proceder a elaboração do
452 projeto do Hospital, quem sabe sob a supervisão dos professo-
453 res da FAUrb, como alternativa a outra proposta daquela Uni-
454 dade, não endossada pela Comissão responsável pelo projeto
455 de construção do Hospital Escola. Salientou, ainda, que em
456 que pese o grupo de trabalho haver concluído ser mais inte-
457 ressante que a localização do Hospital fique adstrita à área
458 da Faculdade de Medicina (fundos) a decisão deve ser vista
459 com o maior cuidado, mediante parecer técnico e estudos deta-
460 lhados do terreno, uma vez que o mesmo é oriundo de um ater-
461 ro hidráulico, resultante da modificação do traçado do leito
462 do canal Santa Bárbara. Salientou, ainda, que apesar de não
463 se ter a sondagem daquele sub-solo, tem-se como parâmetro a
464 Estação Rodoviária, localizada em um terreno com a mesma con-
465 figuração e no qual a Prefeitura Municipal gastou somente nas
466 fundações, o orçamento total previsto para o projeto, dado a
467 necessidade de construção de fundações com mais de 20 metros
468 de profundidade para se conseguir chegar a solo firme. Conti-
469 nuando, o Professor Paulo Afonso salientou que não é sua in-
470 tenção e, tampouco da FAUrb, intervir nas decisões já assumi-
471 das mas que, por um dever de ofício, entendia pertinente pro-
472 ceder essas considerações. À seguir referiu que, ao final do
473 trabalho, os professores da FAUrb ligados à área de urbanis-
474 mo, colocam-se à disposição da Reitoria, se o Conselho assim
475 entender adequado, para elaborar, em um prazo curto - aproxi-
476 madamente 30 dias, um parecer técnico que servirá para aler-
477 tar os responsáveis pela decisão de localização do Hospital
478 Escola quanto a todas as vantagens e desvantagens desse em-
479 preendimento, uma vez que envolverá um gasto de milhões de

ex

287
uf

480 cruzeiros e nem todos os aspectos técnicos ainda foram ava-
481 liados, segundo o entendimento daquele grupo. No momento se-
482 guinte, interveio o Senhor Presidente referindo ao plenário
483 que, já no orçamento de 1991, o Ministério da Educação não
484 havia contemplado recursos para a manutenção do Hospital Es-
485 cola, questão que foi contornada com a intervenção da Profes-
486 sora Myrian Bastos dos Santos junto à Coordenadoria de Orça-
487 mento e Finanças que obteve a alocação de recursos na ordem
488 de vinte e cinco milhões de cruzeiros, dos quais já recebe-
489 mos vinte milhões, destinados a cobrir o aluguel da área da
490 Santa Casa. Para o ano de 1992, a notícia é que definitiva-
491 mente não haverá recursos do Ministério da Educação para a
492 manutenção de Hospitais, uma vez que esse assunto é de compe-
493 tência da seguridade social e este é motivo da maior preocupa-
494 ção de todos os Reitores. Continuando sua exposição, o Pro-
495 fessor Amilcar disse que, em sua última viagem à Brasília,
496 obteve informação junto ao Doutor Luiz Henrique Araújo, Dire-
497 tor de Obras da SENESU de que recursos para a construção e a
498 aquisição de equipamentos para hospitais de ensino somente se-
499 rão concretizados em um prazo de aproximadamente dois anos,
500 através de financiamentos internacionais, conforme divulgado
501 pela própria imprensa. Na oportunidade, o Dr. Luiz Henrique
502 Araújo que era o responsável pela coordenação da elaboração
503 de projetos - explicou o Professor Amilcar, disse-lhe estar
504 seguro de que se tivéssemos um projeto elaborado para o Hos-
505 pital dentro desse período, esse seria um dado concreto a
506 ser considerado na alocação de recursos. Nessa ocasião fora
507 acertada como o Dr. Luiz Henrique uma visita à UFPel com o
508 objetivo de auxiliá-los na elaboração do projeto, que apre-
509 senta o maior interesse para a região visto tratar-se do
510 primeiro hospital realmente público de toda a zona sul do es-
511 tado e, portanto, decisivo para a organização do sistema de
512 saúde. Já no ano passado, no Ministério da Saúde, especifica-
513 mente na Secretaria Nacional de Assistência Médica, encontra-
514 mos bastante receptividade para uma futura cooperação daque-
515 le Ministério quanto a esse problema, exatamente pelo fato
516 de Pelotas tratar-se de cidade polo onde um Hospital Univer-
517 sitário será referência obrigatória para toda a região, ex-
518 plicou. A viagem do Dr. Luiz Henrique para Pelotas já estava
519 marcada quando fora informado de que seria substituído no
520 cargo, o que inibiu a sua vinda imediata; logo após houve a

uf

288 2/

521 mudança de Ministro e, agora, o mesmo se encontra aguardando
522 decisões ainda não clareadas, embora mantido no cargo. De tu
523 do o que foi dito - destacou o Senhor Presidente, o mais im-
524 portante é a constatação de que, antes do prazo de vinte e
525 quatro meses, contados daquele encontro com o Doutor Luiz
526 Henrique, não haverá recursos concretos para o Hospital, os
527 quais estão, efetivamente, vinculados a financiamento inter-
528 nacional, mediante a existência de um projeto concreto. Por-
529 tanto concluiu, deveremos ver com a maior atenção todas as
530 decisões quanto ao projeto de construção do Hospital, face a
531 importância do assunto. No momento seguinte, interveio o Pro
532 fessor Casalinho solicitando aos Conselheiros que substituís
533 sem a folha 26 do documento Programa Trienal de Investimento
534 por outra, distribuída àquele momento ao Conselho, visto a
535 primeira apresentar incorreções. Fazendo uso da palavra, ma-
536 nifestou-se o Professor Brandalise dizendo que lhe parecia
537 ter sido a área de Ciências Agrárias proporcionalmente privi
538 legiada na distribuição de recursos em comparação à área de
539 Ciências Biológicas, que concentra maior número de ativida-
540 des e, por conseqüência, as maiores necessidades. Explicou-
541 lhe, então, o Professor Casalinho que o documento foi elabo-
542 rado à vista dos pedidos encaminhados pelas Unidades e que
543 os dados não eram estáticos, podendo ser reformulados ao lon
544 go do período, constatada a necessidade de assim proceder-
545 se. No momento seguinte, fez uso da palavra o Professor Wan-
546 derlei dizendo de sua surpresa em ver retomada uma discussão
547 envolvendo a localização do Hospital Escola, não prevista na
548 pauta. Salientou que as idéias apresentadas no documento não
549 eram novas e propôs que o mesmo não fosse apreciado pelo Con
550 selho sem o prévio exame pela Comissão responsável pelo pla-
551 nejamento e construção do Hospital Escola, o que seria bas-
552 tante enriquecedor, tudo visando a solução mais rápida e ob-
553 jetiva possível do assunto de forma a permitir a utilização
554 dos recursos que já se acham disponíveis para esse fim, a es
555 ta altura já bastante defasados em razão da corrosão infla-
556 cionária. O Professor Wanderlei disse, ainda, que durante a
557 última semana o Professor Paulo Afonso fora convidado a par-
558 ticipar das reuniões da Comissão, tendo justificado não po-
559 der comparecer em razão de outros compromissos. Intervindo, a
560 seguir, o Professor Paulo Afonso disse que o documento não
561 fora dirigido ao Conselho Universitário, mas ao Reitor e que

2/

289
27

562 a sua preocupação e dos professores da FAUrb, consistia no
563 fato de que a discussão sobre a localização do Hospital não
564 deve ficar restrita à Comissão ou a Universidade, já que o
565 mesmo servirá à toda comunidade da região e, como interessa-
566 da maior, a comunidade de usuários deve participar da discus-
567 são. Disse, em seguida, que pretendia deixar registrada a po-
568 sição do Conselheiro Paulo Afonso Rheingantz de que a defini-
569 ção da localização do Hospital Escola não foi estudada em to-
570 das as suas nuances e peculiaridades necessárias, com a devi-
571 da neutralidade e avaliação de conseqüências. Em continua-
572 de, fêz uso da palavra a Professora Zilma dizendo que, em
573 reunião anterior do Conselho, havia sido aprovada a partici-
574 pação da Faculdade de Ciências Domésticas nas atividades do
575 Hospital Escola e que, para sua surpresa, a Programação Trie-
576 nal de Investimento no item 3.2.3 - Objetivos Específicos,
577 não há nenhuma referência a essa participação. A Professora
578 salientou, ainda, que a contribuição da Faculdade de Ciên-
579 cias Domésticas junto ao Hospital dar-se-á, além do ensino,
580 pesquisa e extensão, na responsabilização pelas atividades
581 de rouparia, higiene e limpeza do hospital, fundamentais em
582 qualquer instituição dessa área, a exemplo do que ocorre em
583 outros lugares. Imediatamente a esta colocação, foi reconhe-
584 cido pelo Senhor Presidente e Professor Hêlvio ter havido um
585 lapso ao não ser mencionada a Faculdade de Ciências Domésti-
586 cas e foi deliberado pela substituição, no referido item, da
587 expressão "... da área da saúde" por "... Faculdade de Ciên-
588 cias Domésticas e outros". Em continuidade, fêz uso da pala-
589 vra a Professora Maria Isabel destacando ser a polêmica bas-
590 tante salutar visto contribuir para o enriquecimento do tra-
591 balho, muito embora não possa ser resolvida neste momento.
592 Salientou a importância de, enfim, se estar construindo uma
593 proposta concreta quanto ao espaço físico da UFPel, com uma
594 visão mais ampla de planejamento, a qual poderá possibilitar
595 a obtenção de recursos específicos para a consecução do pro-
596 jeto, conforme salientado pelo Senhor Presidente. Devemos
597 ter entusiasmo por uma iniciativa desse nível e não propria-
598 mente com o seu conteúdo, que poderá sofrer modificações ao
599 longo da implantação - concluiu. Intervindo, o Professor Wes-
600 trupp solicitou fosse incluído no documento que trata da área
601 física uma referência à concessão de espaço físico na cidade
602 para o Instituto de Física e Matemática, de forma a viabili-

21

290 27

603 zar o oferecimento do Curso de Matemática à noite, uma das
604 metas prioritárias daquela Unidade sobretudo, em se conside-
605 rando que a maior parte da clientela é voltada para o curso
606 noturno. Por sua vez, o Professor Wanderlei ratificou o in-
607 teresse que a Faculdade de Medicina tem e, em especial o Hos-
608 pital, de poder contar com a participação da Faculdade de Ci-
609 ências Domésticas, destacando ser esta uma contribuição da
610 maior importância. Outras considerações se seguiram, em espe-
611 cial do Professor Paulo Afonso que destacou tratar-se o proje-
612 to de aproveitamento do espaço físico da Faculdade de Odon-
613 tologia (fundos), uma alternativa à aquisição da Fiação e Te-
614 cidos e resultante de um projeto de ensino, pesquisa e exten-
615 são aprovado pelo COCEPE denominado "Ateliê Vertical", o qual
616 envolve a participação de alunos de vários semestres do Cur-
617 so de Arquitetura e Urbanismo. Disse o Professor que o proje-
618 to prevê a instalação, na área disponível, das unidades Ins-
619 tituto de Sociologia e Política, do Instituto de Letras e Ar-
620 tes, da Faculdade de Educação e da própria Faculdade de Ar-
621 quitetura e Urbanismo mas que o mesmo se encontra atrasado
622 em razão da extrema dificuldade de obter a participação dos
623 usuários nas reuniões que envolvem a sua discussão. Com rela-
624 ção a Faculdade de Educação, o Professor Casalinho disse que,
625 a par de a Unidade estar se instalando dentro de pouco tempo
626 no prédio cedido pelo DNOS, isso ocorrerá de forma precária,
627 uma vez que para o atendimento de todas as suas necessidades,
628 aquele prédio necessitará de reformas e adaptações. No momen-
629 to seguinte, manifestou-se o Professor Leonel dizendo de sua
630 profunda preocupação quanto a inclusão no projeto de área fí-
631 sica do aproveitamento de espaços disponíveis no Conjunto A-
632 grotécnico Visconde da Graça para a instalação da Faculdade
633 de Meteorologia e da Escola Superior de Educação Física, sem
634 uma prévia avaliação pela comunidade daquela escola. Desta-
635 cou que está sendo desenvolvido naquela Unidade todo um tra-
636 balho visando recuperá-la, inclusive, com a formulação de no-
637 vos projetos e objetivos e que a questão proposta deve envol-
638 ver uma séria análise pedagógica. Disse ter conhecimento da
639 utilização comum de espaço físico em outras Universidades por
640 Unidades de ensino superior e de 2º grau, cujo contato não
641 resultou produtivo face as diferenças de realidades. Ratifi-
642 cou que, no seu entender, a situação mais traumática referir
643 -se-ia a vinda da ESEF, uma vez que a Faculdade de Meteorolo

28

291
ef

644 gia já estava com o seu espaço assegurado, em razão da insta
645 lação do Radar Meteorológico já concretizada, muito embora
646 esta decisão não tenha sido, na época, submetida à comunida-
647 de do CAVG, o que gerou reações de repúdio e diversos confl
648 tos hoje, felizmente, minimizados. Intervindo, o Professor
649 Moacir disse entender que o projeto apresentado, em que pese
650 a sua qualidade e consistência, trata-se na verdade de um
651 plano de intenções e propôs que o mesmo fosse votado com des
652 taques para a questão da área física. A seguir, a Professora
653 Maria Isabel, fazendo uso da palavra, disse da importância
654 de integração das Unidades e de espaços na Universidade. Não
655 iremos crescer se não tivermos a ousadia de nos unirmos - ou
656 o CAVG vai buscar a sua vocação de Unidade autônoma ou se in
657 tegra à Universidade como um todo. Novamente intervindo, o
658 Professor Casalinho permitiu-se discordar do Professor Moa-
659 cir quanto ao documento apresentado - Programa Trienal, tra-
660 tar-se de um plano de intenções. Até agora - disse o Profes-
661 sor, não temos uma área física consolidada por falta de in-
662 teresse da própria Universidade ao longo de 22 anos. É o mo-
663 mento de decidirmos sobre algo que nos possibilitará a busca
664 concreta de recursos. Esta é uma decisão que compete exclusi
665 vamente a este Conselho, inclusive quanto ao Colégio Agríco-
666 la. É um absurdo pensar-se em buscar outras alternativas de
667 terrenos se temos espaço físico na própria Universidade. Ou
668 assumimos a responsabilidade desta decisão ou nos conforma-
669 mos com a atual situação, concluiu. Outras intervenções se
670 sucederam com destaque para o Professor Florismar que falou
671 sobre a importância e benefícios da instalação da Escola Su-
672 perior de Educação Física na área física do CAVG, uma vez
673 que os alunos do 2º Grau poderão desfrutar de seu parque es-
674 portivo como área de lazer além de outras atividades, o que
675 propiciará uma interação das mais salutares em todos os ní-
676 veis e colocou-se à disposição para comparecer naquela Unida
677 de com o fim de discutir o assunto com a própria Comunidade.
678 Essa colocação quanto a precariedade de condições com que a
679 ESEF vem trabalhando foi, igualmente, ratificado pelo Profes
680 sor Marco Aurélio e, por sua vez, o Professor Moacir, refe-
681 riu sobre a alta qualidade do trabalho propondo fosse apre-
682 ciado o segundo documento com as ressalvas solicitadas. Em
683 sua exposição, o Professor Marco Aurélio fez, ainda, referên
684 cia aos altos valores gastos com aluguéis de, por exemplo,

ef

292
ef

685 piscinas térmicas para a prática de natação por alunos da
 686 ESEF e salientou que, se a Universidade dispusesse de uma
 687 piscina térmica, poderíamos atender não só toda a comunidade
 688 universitária como também prestar serviços, além de investir
 689 esses recursos na própria Instituição. É realmente importan-
 690 te que se discutam essas questões, mas é também imperioso
 691 que sejam tomadas decisões objetivas - finalizou. Em seguida,
 692 fêz uso da palavra o Professor Adair referindo que durante
 693 muito tempo ouvira falar, inclusive enquanto aluno daquela U
 694 nidade, que o terreno onde a Faculdade de Odontologia fora
 695 construída em 1954 e, posteriormente, ampliada em 1983, so-
 696 mente poderia ser utilizado para a ampliação das instalações
 697 daquela Unidade. Esse entendimento histórico da comunidade
 698 da Faculdade de Odontologia era alicerçado na suposição de
 699 que, na Carta de Doação do terreno que possibilitou a sua
 700 construção, havia uma cláusula que fazia referência à utili-
 701 zação desse terreno unicamente para expansão dessa Unidade e
 702 de que, em se procedendo de forma diferente, o mesmo teria
 703 de ser devolvido à família que fizera a doação à UFRGS, na é
 704 poca. Posteriormente, consultado o documento relativo a doa-
 705 ção, verificou-se que, em nenhum momento, há qualquer restri-
 706 ção à utilização daquele espaço por outra Unidade - explicou.
 707 A única referência encontrada - continuou, foi quanto a exi-
 708 gência de que, em um prazo de cinco anos, a partir da data
 709 de doação - 1954, a Faculdade fosse construída e, em assim
 710 não ocorrendo, o terreno reverteria à Prefeitura Municipal
 711 de Pelotas. Uma vez construído o prédio estavam satisfeitas
 712 as exigências dos doadores e, portanto, o espaço ainda dispo-
 713 nível na Faculdade de Odontologia está à disposição da Uni-
 714 versidade - concluiu. Por sua vez, ao manifestar-se o Profes-
 715 sor Westrupp salientou que o Instituto de Física e Matemáti-
 716 ca fez um projeto de expansão pensando na Universidade como
 717 um todo; pensando na necessidade de fortalecimento da área de
 718 Ciências Exatas que beneficiará diretamente os Cursos de En-
 719 genharia Agrícola, Meteorologia, Matemática, Física e outros.
 720 É sabido - disse o professor, que outras Universidades são
 721 fortes porque a área de Exatas é forte e, a seguir, propôs a
 722 aprovação do Programa como um todo, resguardada a idéia de
 723 integração e de aperfeiçoamento constante. Concluídas as con-
 724 siderações, retomou a palavra o Senhor Presidente consultan-
 725 do o plenário se iria ser procedida a votação do primeiro do

ef

726 cumento - Programa de Consolidação da Área Física, o que con-
727 tou com a anuência dos presentes. Colocado em votação, veri-
728 ficaram-se 24 (vinte e quatro) votos favoráveis a aprovação
729 do documento e uma abstenção, com declaração de voto da Pro-
730 fessora Maria de Lourdes que justificou não haver acompanha-
731 do o assunto desde a sua fase inicial por estar integrando o
732 Conselho há pouco tempo não tendo, por essa razão, meios pa-
733 ra avaliá-lo concretamente. À seguir, o Senhor Presidente co-
734 locou em votação o segundo documento - Programa Trienal de In-
735 vestimentos consultando, primeiramente, ao plenário se a vo-
736 tação dar-se-ia quanto a integralidade do documento ou com
737 ressalvas quanto a área física do Colégio Agrícola. Seguiram
738 -se várias considerações todas favoráveis à uma prévia ava-
739 liação do assunto pela comunidade do CAVG, muito embora a ques-
740 tão ficasse restrita à área da ESEF, porquanto a situação do
741 Curso de Meteorologia já estava solucionada face a utiliza-
742 ção de seu espaço ficar restrito à área atualmente já ocupa-
743 da. Face o adiantado da hora foi proposto pela Presidência e
744 acordado pelo plenário fosse interrompida a sessão, que teria
745 continuidade em data a ser definida e informada aos conselhei-
746 ros, quando se retomaria a apreciação da pauta. **Aos vinte e**
747 **dois dias do mês de outubro do ano de mil, novecentos e no-**
748 **venta e um**, com início às oito horas e trinta minutos, no Sa-
749 lão Nobre da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, foi dado
750 o desdobramento da reunião do Conselho Universitário da Uni-
751 versidade Federal de Pelotas iniciada no dia oito do mesmo
752 mês, a qual, previamente convocada e presidida por seu Presi-
753 dente, Professor Amilcar G. Gigante, Magnífico Reitor, contou
754 com a participação dos seguintes conselheiros: Professores
755 Luiz Henrique Schuch, Vice-Reitor da UFPel; Jorge Umberto Bê-
756 ria, em substituição ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Gradua-
757 ção; Antonio Ernani Pinto da Silva Filho, em substituição à
758 Pró-Reitora de Graduação e Assistência; João Manuel dos San-
759 tos Cunha, em substituição ao Pró-Reitor de Extensão; João
760 Carlos Maier, Vice-Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu
761 Maciel; Irmela Johana Hofmeister Pich, Vice-Diretora da Fa-
762 culdade de Odontologia; Alberto Rufino Rosa Rodrigues de Sou-
763 za, Professor mais antigo no Conselho Departamental da Facul-
764 dade de Direito; Maria Elizabeth Maurer de Salles, Diretora
765 do Conservatório de Música; Antonio Lucas Meleu Gomes, Dire-
766 tor da Faculdade de Veterinária; Zilma da Costa Tambara, Di-

294
yf

767 retora da Faculdade de Ciências Domésticas; Wanderlei Rospi-
768 de Motta, Diretor da Faculdade de Medicina; Florismar Oliveira
769 Thomaz, Diretor da Escola Superior de Educação Física; Céres
770 Maria Torres Bonatto, Diretora da Faculdade de Educação; Wa-
771 nia Branco de Araujo Brauner, Vice-Diretora do Instituto de
772 Letras e Artes; Lili Luschke Bammann, Vice-Diretora do Insti-
773 tuto de Biologia; José Rubens Silveira Acevedo, Diretor do
774 Instituto de Ciências Humanas; Roberto Westrupp, Vice-Dire-
775 tor do Instituto de Física e Matemática; Jorge Luis Martins,
776 Diretor do Instituto de Química e Geociências; Maria Amélia
777 Soares Dias da Costa, Diretora do Instituto de Sociologia e
778 Política; Darci Pegoraro Casarin, Diretor da Faculdade de Me-
779 teorologia; Claudio Mairan Brazil, Diretor da Faculdade de
780 Enfermagem e Obstetrícia; Eurico Guimarães de Castro Neves,
781 Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; Jorge Luiz de
782 Lima Curi Hallal, Vice-Diretor da Faculdade de Arquitetura e
783 Urbanismo; Marli Costa dos Santos, Diretora da Faculdade de
784 Nutrição; José Leonel da Luz Antunez, Diretor do Conjunto A-
785 grotécnico Visconde da Graça; Walter Spiecker, Representante
786 dos Professores Adjuntos; Morenei Oliveira Chaves, Represen-
787 tante dos Professores Assistentes; Marco Aurélio Vaz, Repre-
788 sentante dos Professores Auxiliares; Maria de Lourdes Valen-
789 te Reyes e Hilda Costa Acevedo, Representantes do COCEPE;
790 Econ. José Pedro Prianti Vieira, em substituição ao Pró-Rei-
791 tor Administrativo; Senhores Regina Maria Pereira Paiva e Ro-
792 gério Costa Würdig, Representantes Comunitários e mais o Ad-
793 ministrador João Alcides de Souza Cunha, Representante dos
794 servidores técnico-administrativos. Verificada a existência
795 de quorum, o Senhor Presidente declarou reiniciada a sessão
796 passando, de imediato ao exame da pauta. Item 1. Informes do
797 Reitor. Em um relato sucinto, o Senhor Presidente deu conhe-
798 cimento ao plenário que, na última semana, estivera em Assun-
799 ção participando de um encontro de Reitores do Paraguai, Ar-
800 gentina e Brasil, na seqüência de atividades iniciadas em
801 Santa Maria, no ano passado, com vista a maior integração
802 dos países da América Latina. Informou, ainda, que ao retor-
803 nar de Assunção, dirigiu-se à Brasília atendendo convocação
804 da Professora Eunice Duran, juntamente com os Reitores de
805 Rio Grande e Santa Maria para tratar do projeto de informati-
806 zação dessas três Universidades. Na mesma oportunidade, em
807 contato mantido com outros escalões do Ministério da Educa-

21

295
27

808 ção, o Professor Amilcar disse haver tomado conhecimento de
809 que as perspectivas de orçamento para Capital para os anos
810 de 1991 e 1992, em termos de recursos do tesouro, são abso-
811 lutamente pessimistas e que a esperança que se vislumbra é
812 que o programa MEC-BIRD-4 seja realmente desencadeado até o
813 final de 1992. Essa perspectiva - destacou o Senhor Presi -
814 dente, leva-nos cada vez mais a trabalhar em termos de pla-
815 nos e projetos que mereçam a aprovação dessa instituição fi-
816 nanceira internacional. À seguir, lembrou que a última ses-
817 são fora interrompida logo após a votação do Programa de
818 Consolidação da Área Física, quando se iniciaria a aprecia-
819 ção do Programa Trienal de Investimento, no qual se inclui
820 a proposta de utilização do espaço disponível existente no
821 Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, simultaneamente, por
822 aquela Unidade e pela Escola Superior de Educação Física.
823 Na oportunidade, o Senhor Presidente chamou a atenção do
824 plenário para a importância de que nos coloquemos na pers-
825 pectiva da Universidade como um todo e na visão do futuro
826 desta Instituição. Em seguida, deu conhecimento da presença
827 fora do recinto de representantes da comunidade do Conjunto
828 Agrotécnico Visconde da Graça - professores, alunos e fun-
829 cionários que pretendiam fazer a leitura de um documento e
830 cuja solicitação já fora deferida pela Presidência, na cer-
831 teza de contar com o assentimento de todo o Conselho. Nesse
832 momento foram convidados a adentrar no recinto os represen-
833 tantes do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça. Fez uso
834 da palavra o Professor Carlos Pereira Dutra da Silveira que
835 procedeu a leitura do seguinte documento: "A comunidade do
836 Conjunto Agrotécnico "Visconde da Graça" dirige-se aos mem-
837 bros do Conselho Universitário da Universidade Federal de
838 Pelotas, a fim de sensibilizá-los em relação à apreciação
839 da Programação Trienal de Investimentos: 91-93, dessa Uni-
840 versidade. Constam, no citado Plano, investimentos dirigi-
841 dos à construção das bases físicas da Escola Superior de E-
842 ducação Física e da Faculdade de Meteorologia em área histó-
843 ricamente destinada ao ensino técnico de 2º grau, que vem
844 desde a sua passagem para a UFPel desenvolvendo grandes es-
845 forços para manter seu próprio desenvolvimento. Entende-se
846 que para haver integração deve-se buscá-la basicamente nas
847 comunidades antes de efetivá-la intempestivamente na ocupa-
848 ção da área física. Os anos de experiência no ensino técni-

28

849 co nos têm comprovado que a disponibilidade de área física é
850 uma contingência necessária para nossa prática educativa, mes
851 mo porque, em sendo uma Escola Técnica não poderíamos deixar
852 de cumprir os preceitos básicos da tecnologia agropecuária e
853 de preservação do solo. E, assim sendo, o espaço físico a
854 disposição do ensino técnico não significa ociosidade de ter
855 reno. Sob o título de integração estamos assistindo, hoje,
856 um verdadeiro loteamento do CAVG sem que esta comunidade te-
857 nha sequer a oportunidade de posicionar-se, muito menos de
858 ser consultada, haja vista, a construção e instalação do Ra-
859 dar Meteorológico. Causou profunda estranheza, a esta comuni-
860 dade, a constatação de que, na última reunião desse Conselho,
861 foi aprovado um Plano de Consolidação da Área Física da
862 UFPel sem que tivesse acontecido um debate envolvendo a ques-
863 tão de integração das Unidades envolvidas. Os princípios de
864 democracia e a prática democrática que vêm norteando a ação
865 nesta Universidade, nos trazem aqui para solicitar que seja
866 suspensa temporariamente, na aprovação do PTI 1991/1993, no
867 que diz respeito aos itens referentes à instalação da ESEF e
868 da Meteorologia (Itens 1.1.3 e 1.1.4) até que sejam promovi-
869 das entre as comunidades dessas Unidades e a comunidade do
870 CAVG, encontros sistemáticos para discussão de suas especifi-
871 cidades funcionais e organizacionais. Comunidade do CAVG. Pe-
872 lotas, 22 de Outubro de 1991." Concluída a leitura, a Comis-
873 são despediu-se retirando-se, a seguir, do recinto. Retoman-
874 do a palavra, o Senhor Presidente colocou a pauta em discus-
875 são, passando a apreciação do Item 2. Programação Trienal de
876 Investimento. Com relação a este item cujo detalhamento já
877 fora feito pelo Professor Casalinho na primeira parte da ses-
878 são, levada a efeito dia 08 do mesmo mês e na qual se inclu-
879 ia a questão da utilização do espaço físico disponível no
880 CAVG, expressou-se o Professor Leonel dizendo que desde a
881 sua primeira intervenção neste Conselho não perdera, em ne-
882 nhum momento, o sentido de Comunidade e de Universidade. Dis-
883 se, ainda, que o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça não
884 tem a pretensão de deliberar quanto a ida das duas Unidades
885 - Faculdade de Meteorologia e Escola Superior de Educação Fí-
886 sica para aquela área; apenas quer a chance de poder debater
887 amplamente e de forma pedagógica a questão dessa integração
888 até porque há muitas resistências internas quanto a esse as-
889 sunto. No momento seguinte, interveio o Professor Westrupp di-

2016 24

24

297
24

890 zendo que, no seu entendimento, o Plano se apresentava técni
891 camente em duas etapas: uma, dizia respeito a sua aprovação
892 como meta a ser atingida; outra, que diz respeito as verbas
893 que ainda não existem, mas que deverão ser buscadas; a se-
894 guir, propôs fosse o mesmo aprovado com o registro de que é
895 desejo do Conselho Universitário e da própria Universidade
896 que se promova desde logo, discussões visando a integração
897 plena dessas três Unidades e a evitar prejuízos para qual-
898 quer uma das partes envolvidas. Outras considerações se se-
899 guiram, todas chamando a atenção para a importância da defi-
900 nição institucional de metas e objetivos a serem atingidos e
901 da necessidade de um programa consistente e sólido quanto a
902 área física que possibilite a busca de recursos nos órgãos
903 financiadores. Foi, ainda, dada ênfase à aprovação na primei-
904 ra parte da sessão, do Plano de Consolidação da Área Física
905 da Universidade no qual estão contidas e detalhadas as pro-
906 postas posteriormente transcritas de forma mais concisa na
907 Programação Trienal, o que de certa forma não justificava a
908 revisão do assunto conforme propunha o Conjunto Agrotécnico
909 Visconde da Graça. À oportunidade do debate, o Professor
910 Schuch chamou a atenção para a importância de o Conselho con-
911 ceder um sinal político ao CAVG, permitindo a discussão do
912 assunto naquela comunidade, o que implicaria na votação da
913 matéria com destaque para os itens polêmicos relativos a á-
914 rea do CAVG, que ficariam para deliberação final em próxima
915 sessão. Dando continuidade a discussão, interveio o Profes-
916 sor Florismar dizendo que ao tomar posse como Diretor da
917 ESEF procurou o Professor Leonel para tratar da possibilida-
918 de de integração ESEF/CAVG naquela área. Naquela ocasião - ex-
919 plicou, o Professor Leonel disse-lhe achar a idéia interes-
920 sante mas que tinha conhecimento de haver muitas resistên-
921 cias internas daquela comunidade para a concretização da i-
922 déia. Em razão desse fato, explicou o Professor Florismar, a
923 ESEF discutiu novamente o assunto chegando a ser sugerida a
924 possibilidade de utilização do Parque do Trabalhador para a
925 sua instalação, o que não logrou êxito após várias tentati-
926 vas junto à Prefeitura Municipal. Posteriormente, nova dis-
927 cussão foi levada a efeito na ESEF, desta vez propondo fosse
928 levado ao Conselho Universitário a proposta de construção da
929 ESEF no Campus Universitário. Essa proposição foi trazida ao
930 Conselho Universitário pelo Professor Florismar e, nessa oca

ef

298
24

931 são, segundo relatou, o Professor Paulo Afonso manifestou-
932 se contrariamente à idéia, justificando razões técnicas que
933 desaconselhavam a aprovação da proposta. Após esse momento
934 - continuou o Professor Florismar, foi constituída uma Comis-
935 são para estudar o assunto, a qual no início deste ano diri-
936 giu correspondência à ESEF solicitando fosse discutido nessa
937 comunidade, a possibilidade de sua instalação na área dispo-
938 nível existente no CAVG. A discussão aconteceu, oportunidade
939 em que foi deixado muito claro não haver qualquer preferên-
940 cia pelo CAVG e que o desejo da ESEF era que se obtivesse u-
941 ma definição para o seu espaço; nesse mesmo momento, disse o
942 o Professor, foi ainda, ventilada a possibilidade de utiliza-
943 ção do Campus da UCPEL no Laranjal. Após essa discussão, a
944 ESEF dirigiu um documento à Comissão, dizendo concordar com
945 a sua proposta de instalação no CAVG mas solicitando fosse
946 estudada a possibilidade do Campus da UCPEL. Finalizando, o
947 Professor Florismar disse que todas essas considerações ser-
948 viam para demonstrar que, em nenhum momento houve pressão da
949 Escola Superior de Educação Física para instalar-se no CAVG
950 - esta foi uma proposta trazida ao Conselho e aprovada quase
951 por unanimidade, apenas com a abstenção da Professora Maria
952 de Lourdes - e é com este referencial que devemos trabalhar.
953 A seguir, foi ventilado pelo Professor Wanderlei que a dis-
954 cussão que se pretende fazer é muito mais política que técni-
955 ca, uma vez que o assunto já foi aprovado no primeiro docu-
956 mento. O que lhe parece pretender a comunidade do CAVG é
957 discutir a forma como dar-se-á a integração. Então o Conse-
958 lho Universitário, poderia aprovar o Plano com o destaque pa-
959 ra a questão polêmica que seria apreciada posteriormente. Ou-
960 tras considerações ainda se sequiram e ao final, o Professor
961 Schuch propôs fosse votado o Programa Trienal de Investimen-
962 to com o destaque para a questão do espaço da área física do
963 CAVG que não seria apreciado neste momento, mas no prazo de
964 quarenta e cinco (45) dias. Essa proposição foi acatada pelo
965 Professor Leonel e demais conselheiros. Procedida a votação
966 foi aprovada a proposta de Programação Trienal de Investimen-
967 tos da UFPel - Anexo ao IIº Plano de Desenvolvimento: 1991-
968 1993, mantidos em destaque os itens concernentes à utiliza-
969 ção do espaço físico do Conjunto Agrotécnico Visconde da Gra-
970 ça, para deliberação em próxima sessão marcada, em princípio,
971 para o dia 05 de dezembro p.v., conforme sugestão do Profes-

24

299
y

972 sor Casarin. Verificou-se uma abstenção. Item 3. Eleição de
973 um representante dos professores junto ao Conselho Diretor
974 da Fundação (titular e suplente). Com relação a este item, a
975 Presidência da Mesa propôs a recondução dos dois Professores
976 que já vinham atuando no Conselho Diretor da Fundação - Pro-
977 fessores João Nelci Brandalise e Marli Costa dos Santos, pro-
978 posição igualmente endossada pela Professora Lili Bammann.
979 Não havendo a indicação de mais nenhum nome e sendo procedi-
980 da a votação, os citados professores foram eleitos por ampla
981 maioria de votos para representarem o pessoal docente junto
982 ao Conselho Diretor da Fundação. Item 4. Processo nº 23110.
983 001371/91-41 - Concessão do título de "Professor Emérito" à
984 Professora Rosah da Costa Russomano, relatado pelo Professor
985 Alberto Rufino Rosa R. de Souza que destacou tratar-se de u-
986 ma proposição de iniciativa do Professor José Gilberto da Cu-
987 nha Gastal - Diretor da Faculdade de Direito a qual conta
988 com a inteira solidariedade daquela comunidade, por seus pro-
989 fessores, funcionários e alunos. O Professor salientou, ain-
990 da, que o Processo vem instruído com o currículo da Professo-
991 ra, que ao longo de sua carreira de quase meio século dedica-
992 do ao magistério, desenvolveu uma longa e constante ativida-
993 de docente, tratando-se de um nome que tem projetado dentro
994 e fora do país a Universidade Federal de Pelotas. Finalizan-
995 do o Professor destacou que a Professora Rosah é autora de u-
996 ma invulgar obra científica, não apenas pelo número de títu-
997 los publicados mas muito mais pelo conteúdo de seu trabalho,
998 que tem sido objeto de permanente prestígio para a UFPel. Co-
999 locada a palavra à disposição dos presentes, expressou-se a
1000 Professora Lili Bammann confessando-se uma profunda admirado-
1001 ra da Professora Doutora Rosah Russomano e, por esta razão,
1002 disse sentir-se extremamente honrada e distinguida em estar
1003 presente na sessão do Conselho Universitário onde estava sen-
1004 do discutida e, seguramente, concedida tal honraria. Coloca-
1005 da a proposta em votação, o Conselho Universitário deliberou
1006 por ampla maioria de votos, favoravelmente à concessão do tí-
1007 tulo de "Professor Emérito" à Professora Rosah da Costa Rus-
1008 somano. Verificou-se uma abstenção. Item 5. Apreciação do re-
1009 latório final elaborado pela Comissão designada pela Porta -
1010 ria 654/90 - Radar Meteorológico (Anexo VI), tendo como rela-
1011 tor o Professor Casarin, em razão de viagem do Bel. Osório,
1012 Presidente da Comissão. Iniciando sua explanação, o Profes-

ey

1013 sor Casarin salientou que iria restringir-se a destacar os
1014 dados mais relevantes do trabalho uma vez que o documento já
1015 era do conhecimento do plenário, face distribuição junto à
1016 convocatória para a presente sessão. Para a operacionaliza-
1017 ção completa do RADAR - destacou, faz-se necessário a obten-
1018 ção dos recursos listados na pág. 26 do relatório os quais
1019 compreendem peças de reposição, contratos de manutenção dos
1020 computadores, equipe de manutenção, equipe de operação e pre-
1021 visão do RADAR e equipe de operação e análise do computador,
1022 além de uma equipe de apoio administrativo; na pág. 27 apare-
1023 ce uma quantificação dos recursos para peças de reposição do
1024 RADAR os quais estão orçados em aproximadamente US\$ 250.000
1025 (duzentos e cinquenta mil dólares americanos). Desse total -
1026 continuou o Professor, o Projeto NUPEL já comprou US\$ 65.000
1027 (sessenta e cinco mil dólares) e o INPE US\$ 120.000 (cento e
1028 e vinte mil dólares), restando, ainda, mais US\$ 65.000 (ses-
1029 senta e cinco mil dólares) para serem adquiridos em peças pe-
1030 lo INPE; além disso, está tramitando na UFPel um contrato de
1031 manutenção do computador CYBER do Radar. Prosseguindo sua ex-
1032 planação, o Professor salientou que na pág. 28 está listado
1033 o que é necessário para a operação e manutenção do RADAR em
1034 termos de pessoal técnico (um engenheiro especializado em e-
1035 letrônica digital, dois técnicos em eletrônica, quatro ana-
1036 listas de computador, doze meteorologistas, uma bibliotecá-
1037 ria e dois engenheiros agrônomos) e o respectivo custo em dô-
1038 lares para a UFPel, incluindo encargos sociais, em valores
1039 estimativos. Salientou, ainda, que a presente proposta se a-
1040 chava consolidada no item X do relatório, constante à pág.30
1041 cuja leitura passou a proceder. O Professor Casarin fez refe-
1042 rência, ainda, a um informe adicional ao relatório que passa
1043 a integrá-lo, distribuído no momento da sessão e sobre o
1044 qual teceu algumas considerações com o fim de atualizar os
1045 dados apresentados. Colocado o assunto em discussão, foram
1046 solicitados ao Professor Casarin vários esclarecimentos, a
1047 maioria de natureza técnica, sobre a atuação dos profissio-
1048 nais relacionados para integrarem o quadro daquele órgão, o
1049 que foi prontamente respondido. Em seguida manifestou-se o
1050 Professor Marco Aurélio perguntando quais dos valores cons-
1051 tantes à pág. 29 do relatório ficariam ao encargo da Univer-
1052 sidade e se anualmente seriam destinados da verba da UFPel
1053 para a manutenção do RADAR. Em resposta o Professor Casarin

1054 explicou que este seria o orçamento necessário à implementa-
1055 ção do Projeto no seu primeiro ano visando o seu funcionamento
1056 to pleno, podendo sofrer alterações nos anos subseqüentes
1057 com a eliminação de alguns gastos como, por exemplo, equipa-
1058 mentos e peças de reposição. Esses valores estão previstos
1059 na proposta "extra-teto" da Universidade - explicou, o que
1060 foi posteriormente confirmado pelo Professor Schuch. Quanto
1061 a pessoal, o Professor explicou que estão sendo dados duas
1062 formas de encaminhamento: a curto prazo, seriam contratados
1063 bolsistas e, a médio prazo, o atendimento seria feito mediante
1064 te a transformação de algumas vagas para atender as necessi-
1065 dades do RADAR, desde que não haja prejuízo de outras áreas.
1066 Por sua vez, o Professor Ernani interveio expondo o seu en-
1067 tendimento de que, no Projeto Pedagógico da UFPel, há uma inten
1068 tenção clara quanto a integração dos cursos com a comunidade
1069 para a qual se dirigem e, assim, parecia-lhe que as ativida-
1070 des previstas para os Engenheiros Agrônomos no Radar poderi-
1071 am ser perfeitamente absorvidas pelas atividades de extensão
1072 desenvolvidas nos cursos da área agrária, visto serem nitidamen
1073 mente relacionadas com extensão rural. Por sua vez, as Pro-
1074 fessoras Céres e Maria Amélia expuseram a sua preocupação
1075 quanto a forma incisiva como fora colocada no relatório (i-
1076 tem 3.2 da pág. 30) a questão da transformação de vagas para
1077 atendimento do RADAR, o quê, em sendo aprovado sem a devida
1078 análise, poderá reverter em sérios prejuízos para outras Unida
1079 dades. Destacaram, ainda, que a carência de pessoal é comum
1080 a toda Universidade, não lhes parecendo absolutamente justi-
1081 ficável privilegiar apenas uma Unidade. Em relação a questão,
1082 manifestou-se o Professor Schuch salientando que, no seu en-
1083 tendimento, o relatório apresenta um conjunto de intenções,
1084 não havendo a obrigatoriedade de que a Universidade venha a
1085 cumprí-las a curto prazo uma vez que isto poderia significar
1086 o seu colapso. Em seguida interveio o Professor Casarin reconh
1087 nhendo ser a situação bastante delicada e salientando que
1088 a proposição é pelo atendimento das necessidades do RADAR
1089 sem que haja prejuízo para outras Unidades. O Professor dis-
1090 se, ainda, que este era o momento para a busca de uma definição
1091 ção: ou a Universidade assume o RADAR e as implicações daí
1092 decorrentes ou abandona definitivamente o projeto. Não há um
1093 meio termo, concluiu. Continuando o debate, interveio o Pro-
1094 fessor Curi solicitando maiores esclarecimentos sobre o quê

1095 significava a transformação de vagas prevista no relatório
1096 e quais as implicações resultantes de sua aprovação em rela-
1097 ção às demais Unidades. Com relação a questão de "extra-te -
1098 to", o Professor Schuch deu conhecimento ao plenário que, nos
1099 últimos três anos, a Reitoria da Universidade tem feito um
1100 estudo, especialmente coordenado pelo Professor Hélió, ba-
1101 seado nas demandas recebidas das Unidades e nas propostas
1102 de desenvolvimento da Instituição, visando apurar quais as
1103 necessidades para funcionamento da Universidade naquele ano,
1104 o que significa a elaboração de uma proposta realista. Em que
1105 pese este trabalho - continuou o Professor, o Ministério da
1106 Educação em um dado momento dirige correspondência à Univer-
1107 sidade concedendo-lhe um prazo de vinte e quatro horas para
1108 que organize a distribuição de seu orçamento dentro de um te-
1109 to fixado por eles e que representa, na maioria das vezes,
1110 20% a 30% da proposta real. Nesse momento, a UFPel encaminha
1111 a sua proposta "teto" e, junto a ela, como instrumento polí-
1112 tico, é também encaminhada a proposta "extra-teto". Mais adi-
1113 ante - explicou o Professor Schuch, algumas vezes têm-se fa-
1114 lado em suplementação orçamentária o que vem a ser um "pas -
1115 so" do teto em direção ao "extra-teto", recursos estes desti-
1116 nados, via de regra, a assegurar a manutenção da Universida-
1117 de. O Professor explicou, ainda, que os recursos "extra-te-
1118 to" podem ser obtidos através de emenda ao orçamento e tam-
1119 bém através de convênios específicos também chamados "recur-
1120 sos vinculados", sendo desta forma que se espera solucionar
1121 a questão do Radar. Em sua exposição, o Professor Schuch re-
1122 conheceu, ainda, a necessidade de rever-se os termos do item
1123 X do relatório em razão da forma incisiva como as propostas
1124 foram colocadas. Disse, também, que há poucos dias a UFPel
1125 já encaminhara ao MEC uma proposta de transformação de três
1126 vagas para o cargo de Meteorologista, visando dar atendimen-
1127 to ao RADAR. Outras colocações se seguiram, em especial da
1128 Professora Céres que expôs o seu entendimento de que o RADAR
1129 já era um Projeto integrado à Universidade, embora muito one-
1130 roso. Em seu pronunciamento a Professora destacou, também, a
1131 sua preocupação quanto a destinação de vagas para o RADAR, por
1132 transformação, antes mesmo da apreciação do Relatório pelo
1133 Conselho Universitário bem como à forma incisiva dada à reda-
1134 ção do item XI.1 do citado relatório. Quanto a questão das va-
1135 gas, o Professor Schuch esclareceu que, em março deste ano,

1136 o Ministério da Educação abriu um pequeno espaço para que as
1137 Instituições que desejassem, propusessem a transformação de
1138 vagas em seus quadros e salientou que, na ocasião, a UFPel
1139 não dispunha de cargos que justificassem uma solicitação des-
1140 sa ordem. Disse, ainda, que há questão de vinte dias, tendo
1141 o Ministro da Educação recebido um pedido de encaminhamen-
1142 to ao Congresso de um quadro para o RADAR, tendo como jus -
1143 tificativa ser este um serviço novo que não tinha possibili-
1144 dades de funcionamento sem pessoal, o mesmo interessou-se pe-
1145 lo assunto visto haver recebido, por diversas vias, mensa-
1146 gens manifestando a preocupação com o funcionamento desse ór-
1147 gão. Nessa ocasião, o Senhor Ministro, entendendo não haver
1148 clima político para o encaminhamento ao Congresso de uma pro-
1149 posta de criação de cargos, dispôs-se a receber, ainda den-
1150 tro daquela posição do início do ano, em que pese o prazo
1151 estar expirado, algum esforço que a Universidade pudesse a-
1152 presentar quanto a transformação de vagas para atender o no-
1153 vel órgão. Foi constrangida pelo interesse demonstrado pelo
1154 Ministro que a UFPel teve de apresentar a proposição - expli-
1155 cou. A seguir, interveio o Professor Florismar chamando a a-
1156 tenção para o fato de que o Curso de Meteorologia, quando se
1157 fala em distribuição de recurso, sempre aparece como a últi-
1158 ma Unidade a ser contemplada, o que lhe parece deva ser re-
1159 visto. Precisamos dar chance para que as Unidades pequenas
1160 adquiram o seu espaço e a plenitude de condições para o seu
1161 funcionamento embora esteja claro que as dificuldades são co-
1162 muns a todas Unidades. Com relação ao assunto, ao longo do
1163 debate emergiram várias proposições, especialmente, quanto
1164 aos itens 2, 3.2, 6 e 7 do título X e item 1 do título XI
1165 que foram colocados em destaque. Procedidas essas considera-
1166 ções, o Senhor Presidente submeteu à deliberação do plenário
1167 o documento como um todo, ressaltados os destaques apontados.
1168 Procedida a votação, o documento veio a ser aprovado por am-
1169 pla maioria de votos. Verificou-se uma abstenção. Em seqüên-
1170 cia aos trabalhos, o Senhor Presidente passou à discussão e
1171 votação dos destaques, a saber: 1º) conforme proposição do
1172 Professor Schuch, na pág. 31, o item 1 do título XI passaria
1173 a constar com a seguinte redação: "estudar a possibilidade ,
1174 dentro das disponibilidades da UFPel, para executar o propos-
1175 to no título X deste documento". Colocada em votação, a pro-
1176 posta foi aprovada por ampla maioria de votos. Verificou-se

1177 uma abstenção. 2º) na pág. 30, para o item 6, foram propos-
1178 tas duas formas de nova redação: a) conforme proposição do
1179 Professor Casarin: "dotar o RADAR METEOROLÓGICO de recursos
1180 específicos, levando-se em conta as disponibilidades orçamen-
1181 tárias da UFPel, tentando suprir as suas demandas,..."; b)
1182 conforme proposição do Professor Florismar: "aprofundar os
1183 estudos de critérios indicadores de distribuição de recursos
1184 das diversas Unidades, considerando o orçamento real da
1185 UFPel e as necessidades da Faculdade de Meteorologia, inclu-
1186 indo o RADAR METEOROLÓGICO". Colocadas em votação, verificou-
1187 -se 18 (dezoito) votos favoráveis à proposta do Professor Ca-
1188 sarin, 9 (nove) votos favoráveis à proposta do Professor Flo-
1189 rismar e 5 (cinco) abstenções. 3º) o terceiro destaque refe-
1190 riu-se à proposição do Professor Curi quanto a supressão do
1191 item 2 do título X. Colocada a proposta de supressão desse i-
1192 tem em votação, a mesma não obteve acolhimento pelo plenário.
1193 4º) na pág. 30, conforme proposição da Mesa, o item 3.2 te-
1194 ria a expressão "apesar de todas as limitações usar, palhati-
1195 vamente, ..." substituída por "estudar a possibilidade de
1196 ...". Procedida a votação, verificou-se 28 (vinte e oito) vo-
1197 tos favoráveis à alteração proposta; um voto contrário e 3
1198 (três) abstenções. 5º) À seguir foi colocado em discussão a
1199 proposta de inclusão de um item 8 no título X, na pág. 31,
1200 com a seguinte redação: "justificar junto ao MEC, quando da
1201 negociação do montante de recursos destinados à UFPel, o di-
1202 ferencial necessário à manutenção do RADAR como uma peculia-
1203 ridade, entre outras, da Instituição". Colocada a proposta
1204 em votação, a mesma veio a ser aprovada com 28 (vinte e oi-
1205 to) votos. Verificou-se um voto contrário e três abstenções.
1206 A seguir interveio o Professor Casarin, solicitando fosse
1207 consignado em Ata que, em sendo obtidos esses recursos, eles
1208 realmente fossem destinados ao Radar, não sendo levado a e-
1209 feito nova discussão sobre essa questão neste órgão. Manifes-
1210 tando-se, a seguir, o Professor Schuch salientou não colocar
1211 nenhuma objeção ao registro solicitado, desde que o mesmo
1212 conste como posição pessoal do Professor Casarin e não como
1213 deliberação do Conselho Universitário. 6º) Na pág. 31, segun-
1214 do destaque proposto, o item 7 teria sua redação alterada pa-
1215 ra: "desenvolver esforços junto a fontes internacionais e go-
1216 verno federal, estadual e municipal, além de outros ..., me-
1217 diante a destinação de recursos vinculados de programas espe-

305
dy

1218 cíficos". Colocada a proposta em votação a mesma foi aprova-
1219 da por 28 (vinte e oito) votos. Verificou-se um voto contrá-
1220 rio e três abstenções. Concluída a votação, fêz uso da pala-
1221 vra o Professor Rufino, justificando a sua abstenção em ra-
1222 zão de não haver acompanhado a discussão do assunto desde o
1223 início, o que o impossibilitava de deliberar a respeito. O
1224 Professor sugeriu, ainda, fosse constituída uma Comissão de
1225 Redação com a finalidade de proceder a elaboração do texto
1226 final, que seria submetido ao plenário na próxima sessão, fa-
1227 ce as profundas alterações introduzidas no teor do documen-
1228 to. Esta sugestão mereceu a consideração de vários conselhei-
1229 ros, todos reconhecendo a justeza da preocupação do Profes-
1230 sor Rufino, fruto de sua experiência e conhecimento de ques-
1231 tões similares, mas destacando ao mesmo tempo, que todas as
1232 deliberações seriam objeto de consignação em Ata, o que con-
1233 templaria em parte, a sugestão apresentada pelo Professor. O
1234 Professor Florismar, por sua vez, ao reforçar a posição dos
1235 conselheiros que já haviam se manifestado quanto a inclusão
1236 das decisões em Ata, registrou, ainda, que em nenhum momento,
1237 durante todo o debate, percebeu qualquer intenção de algum
1238 Conselheiro em prejudicar a proposta encaminhada pela Comis-
1239 são, sobre o Radar Meteorológico. O quê percebeu - conclu-
1240 iu o Professor, foi uma contribuição conjunta visando alcan-
1241 çar a solução do problema do Radar Meteorológico, que é tam-
1242 bém um problema da Universidade. Por sua vez, o Senhor Presi-
1243 dente registrou que a concepção original do Projeto Radar
1244 sempre previu que o mesmo dependeria de esforços de várias
1245 instituições e, desde janeiro/89, não foram poucas as inicia-
1246 tivas da administração, inclusive quanto ao encaminhamento,
1247 por diversas vezes, de solicitação quanto a criação de um
1248 quadro para o Radar, a exemplo do que sempre fora feito pela
1249 Universidade quando da criação de um novo serviço - concluiu.
1250 No momento seguinte, o Senhor Presidente colocou em votação
1251 a proposta de constituição de uma Comissão de Redação. Proce-
1252 dida a votação, verificou-se 30 (trinta) votos contrários;
1253 um voto favorável e uma abstenção. Com relação ao relatório
1254 elaborado pela Comissão constituída pela Portaria nº 654/90,
1255 de que trata o presente item, o Conselho Universitário deli-
1256 berou pela sua homologação, com alterações quanto aos Títu-
1257 los X e XI, que passam a constar com a seguinte redação: "X -
1258 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJE

ef

1259 TO NUPEL. Para a operacionalização completa do Projeto NUPEL
 1260 propõe-se equacionar os itens de peças de reposição, manuten
 1261 ção e pessoal da seguinte forma: 1. propor a compra, pelo
 1262 INPE, do lote final de peças de reposição necessárias ao ra-
 1263 dar; 2. assinar os contratos de manutenção para os computado
 1264 res instalados no Projeto NUPEL a fim de assegurar o funcio-
 1265 namento ininterrupto dos mesmos; 3. atender às necessidades
 1266 de pessoal expressas no item IX.3 deste documento tendo co-
 1267 mo meta final a formação de um corpo de técnicos pertencen-
 1268 tes ao quadro de pessoal da UFPel. Para enfrentar a falta de
 1269 pessoal serão trilhados os seguintes caminhos sem prejuízo
 1270 de outros que possam contribuir para a solução da questão:
 1271 3.1 - contratar, como solução provisória e emergencial a cur
 1272 to prazo, firma para prestar serviços de operação do radar e
 1273 previsão do tempo bem como para serviços de análise computa-
 1274 cional para o computador Cyber 930 e estações de trabalho;
 1275 3.2 - estudar a possibilidade de fazer transformações de va-
 1276 gas dentro da UFPel e remanejá-las para o RADAR procurando a
 1277 tenuar a necessidade de pessoal; 3.3 - reencaminhar ao Minis
 1278 tério da Educação proposta de criação do quadro de pessoal
 1279 para o RADAR assegurando de forma permanente o cumprimento
 1280 dos objetivos previstos no Projeto NUPEL; 4. desenvolver es-
 1281 forços para a aquisição de equipamentos NOBREAK para o radar
 1282 e para o computador Cyber; 5. buscar junto aos órgãos municí
 1283 pais, estaduais, federais e iniciativa privada recursos espe
 1284 ciais com programação imediata para tornar a operação do RA-
 1285 DAR possível e segura até que soluções definitivas aqui apre
 1286 sentadas sejam viáveis; 6. dotar o RADAR METEOROLÓGICO de re
 1287 cursos específicos, levando-se em conta as disponibilidades
 1288 orçamentárias da UFPel, tentando suprir as suas demandas, prin
 1289 cipalmente nas rubricas de material de consumo e serviços, cu
 1290 ja administração deverá ficar vinculada as instâncias inter-
 1291 nas da Faculdade de Meteorologia, como umadas formas de inte
 1292 gração do Radar com o Curso de Meteorologia; 7. desenvolver
 1293 esforços junto a fontes internacionais e governo federal, es
 1294 tadual e municipal além de outros órgãos e instituições, com
 1295 a finalidade de dotar o RADAR METEOROLÓGICO de recursos capa
 1296 zes de cobrir as despesas referentes a sua plena operação,
 1297 mediante a destinação de recursos vinculados de programas es
 1298 pecíficos; 8. justificar junto ao MEC, quando da negociação
 1299 do montante de recursos destinados à UFPel, o diferencial ne

1300 cessário à manutenção do RADAR como uma peculiaridade, entre
 1301 outras, da Instituição. XI - IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DO
 1302 TÍTULO X. Para a implementação das propostas deste documento
 1303 propõe-se a constituição de uma Comissão encarregada de: 1.
 1304 estudar a possibilidade, dentro das disponibilidades da
 1305 UFPel, para executar o proposto no título X deste documento;
 1306 2. apresentar ao Conselho Universitário, a cada três meses,
 1307 relatório sobre a atuação do Projeto NUPEL. Para a referida
 1308 Comissão propõe-se os seguintes membros: - LUIZ HENRIQUE
 1309 SCHUCH - DARCI PEGORARO CASARIN - HÉLVIO DEBLI CASALINHO -
 1310 LUIZ OSÓRIO ROCHA DOS SANTOS. Em 23.10.91 Prof. Amílcar G. Gi-
 1311 gante - Reitor." Item 6. Processo relatado pela Comissão de
 1312 Administração e Finanças. Processo nº 23110.002267/91-64 con-
 1313 tendo listagem de bens colocados à disposição para alienação,
 1314 tendo como relator o Econ. José Pedro Vieira. Fazendo uso da
 1315 palavra, o relator do Processo passou a proceder a leitura
 1316 do parecer da Comissão, cujo teor passo a transcrever: "Proc.
 1317 23110.002267/91-64, 23110.002544/91-01 e 23110.002877/91-95
 1318 Somam-se ao processo em que são listados os bens avaliados
 1319 para efeito de alienação, duas solicitações de doações de e-
 1320 quipos odontológicos, sendo um para a Prefeitura de Morro Re-
 1321 dondo e outro para o Instituto Nossa Senhora da Conceição. Com
 1322 os esclarecimentos prestados, no processo, pela Comissão de
 1323 avaliação, combinado com pareceres do Auditor Interno da Uni-
 1324 versidade, a Comissão submete ao Conselho Universitário: 1 -
 1325 a aprovação das alienações, por venda, dos bens listados no
 1326 presente processo, ressalvado o constante no item 2 (dois);
 1327 2 - a aprovação de doações de um equipo odontológico para ca-
 1328 da instituição solicitante, condicionado a confirmação do in-
 1329 teresse de ambas as entidades, em prazo que a Administração
 1330 fixar e, ainda, no caso do Instituto Nossa Senhora da Concei-
 1331 ção, a comprovação de seu reconhecimento como entidade de u-
 1332 tilidade pública federal. 3 - que para perfeita operacionali-
 1333 dade do que pretende a Universidade, não havendo cumprimento
 1334 do que dispõe o item 2 (dois), os bens listados para doação
 1335 passam a reintegrar a lista dos bens destinados a leilão. Ca-
 1336 so haja deliberação favorável do Conselho Universitário o
 1337 presente processo deverá ser submetido a decisão do Conselho
 1338 Diretor da Fundação, conforme o que dispõe o Art. 18. letra
 1339 "h" do Regimento Geral da Universidade. É o parecer. Em
 1340 07/10/91 Ângela Maria Sinotti Rocha Gonzales, Angelo Elocir

307
 24

24

1341 Zené e Luiz Osório Rocha dos Santos". Colocado o parecer em
 1342 discussão e, após, em votação o Conselho Universitário deli-
 1343 berou por homologar o parecer de sua Comissão de Administra-
 1344 ção e Finanças quanto a alienação de bens de que trata o Pro-
 1345 cesso em referência, bem como a doação de dois equipos odon-
 1346 tológicos de que tratam os Processos nºs 23110.002877/91-95
 1347 e 23110.002544/91-01, sendo um para a Prefeitura Municipal
 1348 de Morro Redondo e outro para o Instituto Nossa Senhora da
 1349 Conceição, observadas as recomendações constantes do referi-
 1350 do parecer. Item 7. Processos relatados pela Comissão de Le-
 1351 gislação e Normas, tendo como relatora a Professora Maria A-
 1352 mélia S. Dias da Costa. 07.1. Processo nº 23110.000919/91-62
 1353 - CAVG - Solicita a inclusão de um representante do 2º Grau
 1354 no Conselho Universitário. Em seguida, a relatora do Proces-
 1355 so passou a proceder a leitura do parecer da Comissão cujo
 1356 teor é o seguinte: "O Diretor do CAVG solicita a inclusão no
 1357 Conselho Universitário de um representante do segundo grau.
 1358 Quando da elaboração do Estatuto da Fundação os, então, Colé-
 1359 gio Agrícola Visconde da Graça e a Escola de Economia Domés-
 1360 tica foram considerados órgãos complementares da Universida-
 1361 de, ficando assim seu pessoal docente excluído do Conselho U-
 1362 niversitário. Também da época, o Regimento da UFPel tem, con-
 1363 comitantemente, a clara preocupação de estabelecer a repre-
 1364 sentação de todos os docentes no Conselho Universitário, tan-
 1365 to assim que prevê a participação de auxiliares de ensino
 1366 neste órgão que, entretanto, não pertenciam à carreira do ma-
 1367 gistério. Ora, se a preocupação do Legislador foi com a re-
 1368 presentação do corpo docente da UFPel, se o agora Conjunto A
 1369 agrotécnico Visconde da Graça é uma unidade desta instituição,
 1370 os professores de segundo grau devem estar representados no
 1371 Conselho Universitário. Pelotas, 24 de abril de 1991. Maria
 1372 Amélia Soares Dias da Costa, José Gilberto da Cunha Gastal e
 1373 Fernando Alberto Henning". Concluída a leitura do parecer e
 1374 colocado o mesmo em discussão foi esclarecido pelo Professor
 1375 Leonel e ratificado pela Professora Maria Elizabeth que a so-
 1376 licitação, em sendo atendida, viria contemplar uma aspiração
 1377 das duas Unidades que possuem professores vinculados à Car-
 1378 reira de Magistério de 1º e 2º Graus na Universidade: Conjun-
 1379 to Agrotécnico Visconde da Graça e Conservatório de Música.
 1380 Colocado em votação, o parecer da Comissão veio a ser aprova-
 1381 do por unanimidade. Intervindo a seguir, o Professor Schuch

1382 esclareceu que, neste momento, o Conselho estava aprovando o
1383 mérito da solicitação, mas que o assunto seria a seguir
1384 transformado em Processo, e encaminhado ao Conselho Federal
1385 de Educação para posterior aprovação através de ato do Se-
1386 nhor Ministro de Estado da Educação. Esclareceu, ainda, que
1387 seria muito importante que o Conselho se manifestasse sobre
1388 a alteração dos artigos 15 do Estatuto e 17 do Regimento Ge-
1389 ral, votando a inserção de um novo inciso em cada artigo tra-
1390 tando da inclusão de um representante docente da Carreira de
1391 Magistério de 1ª e 2ª Graus neste Conselho. Colocada a pro-
1392 posta em discussão e, após, em votação, a mesma veio a ser a
1393 provada por unanimidade. 07.02. Processo nº 23110.001104/91-
1394 64, referente ao reconhecimento do Curso de Licenciatura Cur-
1395 ta em Estudos Sociais. Com relação a este Processo, após al-
1396 gumas considerações, houve consenso em retirá-lo de pauta pa-
1397 ra apreciação em próxima sessão, em atendimento a proposição
1398 formalizada pelo Professor José Rubens, ratificada pelo Pro-
1399 fessor Ernani. À oportunidade, foi deliberado que para a per-
1400 feita instrução do Processo, deverá ser juntado ao mesmo o
1401 Processo que trata da criação das Licenciaturas Plenas de
1402 História e Geografia, mediante prévia apreciação pela Comis-
1403 são de Legislação e Normas. 07.03. Processos nºs 23110.006986/
1404 88-77 e 23110.000821/89-45 - Revisão do Regimento Interno da
1405 Comissão Permanente de Pessoal Técnico e Administrativo -
1406 CPPTA. Fazendo uso da palavra, a Senhora relatora passou a
1407 proceder a leitura do parecer da Comissão, que passo a trans-
1408 crever: "Após ter este Conselho deliberado sobre o ato cons-
1409 titutivo e o regimento interno da CPPTA, esta vem a propor
1410 alteração da deliberação. Administrativamente, nas delibera-
1411 ções cujo interesse se exaure no âmbito da própria entidade
1412 emissora da vontade, não vigora o princípio da coisa julgada,
1413 pelo que se admite a reconsideração das deliberações. Mais
1414 ainda, no caso, quando este Conselho poderã, de futuro, alte-
1415 rar qualquer das normas que antes tenha editado. Passando ao
1416 exame da atual proposição, vê-se que ela tem três itens, a
1417 saber: 1. Propõe a CPPTA que sua composição seja regulada
1418 conforme a proposta original, ou seja, que a percentagem de
1419 servidores que a integrem seja elegível indistintamente den-
1420 tro da globalidade dos servidores técnico-administrativos. Ou
1421 seja, contrariamente à anterior deliberação deste Conselho,
1422 que fazia elegíveis determinado número de servidores de cada

ef

1423 categoria funcional. Em contato pessoal com a presidência
1424 desta comissão, o presidente da CPPTA fez ver que, como fica
1425 na deliberado, a CPPTA ver-se-ia integrada também por servi-
1426 dores de certas categorias funcionais para cujo suprimento
1427 não são exigidos atributos culturais ao nível dos que consi-
1428 dera exigíveis para o profícuo desempenho nos misteres afe-
1429 tos à CPPTA, enquanto a escolha desapegada de categoria per-
1430 mitiria eleger servidores mais habilitados culturalmente, em
1431 bora disso resultasse certas categorias funcionais deixarem
1432 de estar presentes na CPPTA. A CPPTA informa que em assem-
1433 blêia geral dos servidores técnico administrativos foi prefe-
1434 rida a fórmula ora proposta. A comissão é do seguinte pare-
1435 cer: Em sendo a CPPTA meramente consultiva; sendo sua compe-
1436 tência material composta por matérias do direto interesse
1437 dos servidores técnico-administrativos; e tendo assemblêia
1438 destes preferido a fórmula que permite a concentração da re-
1439 apresentação em algumas categorias, ao invés de assegurá-la a
1440 todas as categorias, é do Conselho comportar-se em Roma como
1441 os romanos, acolhendo a postulação proposta pela CPPTA. 2. O
1442 segundo aspecto pertine com a proposta original, de que a
1443 competência da CPPTA englobasse apreciar assuntos concernen-
1444 tes a demissões, punições e exonerações. Este Conselho houve,
1445 na deliberação anterior, por excluir tal matéria do âmbito
1446 de competência da CPPTA. Esta Comissão é de parecer que deve
1447 ser mantida a anterior deliberação deste Conselho. O regimen-
1448 to geral da Universidade atribui o poder disciplinar a ór-
1449 gãos específicos, como Diretores e Reitor. Já por isso desca-
1450 beria a norma conflitante, pois conflitante seria subordinar
1451 o exercício do poder disciplinar a prêvio parecer da CPPTA.
1452 Ademais, não se limita ao Reitor o poder disciplinar e a
1453 CPPTA é órgão de assessoria do Reitor, não dos demais órgãos
1454 investidos regimentalmente de poder disciplinar. Além disto,
1455 importa considerar que as punições tem sua eficácia jurídica
1456 vinculada ao princípio da imediatidade entre a infração e a
1457 punição. Tal princípio restaria obviamente desatendido, se a
1458 colhido o proposto agora pela CPPTA, se a aplicação de puni-
1459 ção passasse a estar subordinado ao prêvio parecer da CPPTA.
1460 É de ver, ainda, que a CPPTA, é órgão constituído por servi-
1461 dores, mas a serviço do interesse da instituição, não como
1462 cidadela de defesa dos interesses dos servidores, donde des-
1463 cabe a preocupação em fazê-la filtro do poder disciplinar

1464 que sobre os servidores caiba ser exercido. Para eventuais
1465 desacertos no exercício do poder disciplinar, está sempre as
1466 segurado ao servidor interessado o direito de recurso, o que
1467 exclui a possibilidade de ato discricionário incontornável.
1468 3. O derradeiro aspecto refere o item originalmente proposto
1469 e inacolhido na anterior deliberação deste Conselho, em que
1470 a CPPTA pretendia e ora novamente pretende que ficasse asse-
1471 gurado o direito de um membro seu participar, com direito a
1472 voz, nas reuniões deste Conselho. A composição e o funciona-
1473 mento deste Conselho são regulados pelos Estatuto e Regimen-
1474 to Geral, o que por si impede alterações por via de normas
1475 hierarquicamente inferiores. Ademais, é deste Conselho a fa-
1476 culdade de admitir, se e quanto o delibere, a presença de pes-
1477 soas a ele estranhas, com o fito de expor determinado assun-
1478 to ou esclarecer determinado fato. Tal faculdade deste Conse-
1479 lho não pode ficar tolhida antecipadamente, pela prêvia impo-
1480 sição da presença de estranhos a sua composição. O parecer
1481 da Comissão é pelo não acolhimento da proposta, com o que es-
1482 te Conselho manterá, para exercer em momento próprio, a fa-
1483 culdade de admitir ou não admitir, em cada situação futura,
1484 a ouvida de razões expostas por membro da CPPTA. Pelotas, 3
1485 de outubro de 1991. Maria Amélia Soares Dias da Costa, José
1486 Gilberto da Cunha Gastal e Fernando Alberto Henning". Con-
1487 cluída a leitura do parecer da Comissão, a Presidência da Me-
1488 sa submeteu o documento à discussão e, após, à votação quan-
1489 to aos seguintes itens: a) posição favorável em relação a
1490 composição da CPPTA na forma proposta pela assembléia dos
1491 servidores técnico-administrativos, que permite a concentra-
1492 ção de representação em algumas categorias. Procedida a vota-
1493 ção, o parecer foi aprovado por maioria de votos. Verificou-
1494 se um voto contrário e duas abstenções. b) posição contrária,
1495 quanto a modificação das atuais atribuições da CPPTA. Proce-
1496 dida a votação, o parecer foi aprovado por maioria de votos.
1497 Verificou-se um voto contrário e três abstenções. c) posição
1498 contrária quanto a proposta de participação de um represen-
1499 tante da CPPTA no Conselho Universitário com direito a voz e
1500 voto. Procedida a votação, o parecer da Comissão foi aprova-
1501 do por maioria de votos. Verificou-se quatro abstenções. 07.04.
1502 Processo nº 23110.001841/91-11 - Recurso interposto por Hugo
1503 Gomes Blois Fº e Ronald W. G. Vargas com relação ao resulta-
1504 do de Concurso realizado na FAUrb. Em seguida, a Senhora re-

1505 latora passou a proceder a leitura do parecer da Comissão cu
1506 jo teor consta do seguinte: "O processo trata de recurso, in
1507 terposto por dois candidatos, contra decisão do COCEPE, que
1508 homologou os resultados de concurso procedido na Faculdade de
1509 Arquitetura. O Presidente deste Conselho, embora não vislum-
1510 brando estivesse configurada a hipótese de cabimento deste
1511 recurso, deferiu ao plenário a oportunidade de decidir. Os
1512 recorrentes não apontam a ilegalidade porventura existente
1513 na decisão do Cocepe, que permitira admitir o recurso. De
1514 suas alegações, cabe salientar o que segue: 1. Há impugnação
1515 quanto ao critério de valoração dos títulos, de que teria re
1516 sultado grau 4 ao recorrente Ronald, sem que o recorrente Hu
1517 go invoque quanto a si tal aspecto. Quanto a isso, a discus-
1518 são prende-se a ser ou não observável o entendimento tempos
1519 atrás exarado pelo Cocepe, por ofício aos Departamentos, de
1520 que a nota mínima por títulos deveria ser 5, quando o candi-
1521 dato apresentasse apenas o diploma de graduação na área em
1522 concurso. Ao tempo de tal concurso, não fora editada ainda a
1523 resolução 2/91, daí por que não cabe aqui o exame do reflexo
1524 revocatório de tal resolução sobre aquele entendimento que o
1525 Cocepe, não por resolução, mas por mero ofício, exarara. Im-
1526 porta, sim, examinar se em tal aspecto da inconformidade, os
1527 recorrentes tem, ou não, legítimo interesse em postular anu-
1528 lação do concurso. Conclui esta comissão que o recorrente Hu
1529 go não tem tal interesse, pois a nota inferior a 5 não lhe
1530 diz respeito, tanto que ausente das suas razões de recurso,
1531 no quanto pessoalmente lhe sejam pertinentes. Por seu turno,
1532 o recorrente Ronald também não apresenta tal legítimo inte-
1533 resse em anular o concurso, pois, quando muito, se razão lhe
1534 assistisse na inconformidade com o grau 4 em títulos, cabe-
1535 ria postular lhe fosse corrigida tal nota. Entretanto, não é
1536 isto que pede, mas sim a anulação. É princípio jurídico que
1537 somente se anula o ato irregular, se dele decorre prejuízo e
1538 no quanto seja prejudicial. Se prejuízo houvesse decorrido
1539 para Hugo, não seria prejudicial de todo o concurso, mas so-
1540 mente da nota de uma de provas de tal recorrente. Assim, pe-
1541 la falta de legítimo interesse dos recorrentes em anular o
1542 concurso globalmente, fica prejudicado o exame de pretensa i
1543 legalidade na decisão do Cocepe, quanto a este aspecto. 2. Há
1544 impugnação dos recorrentes, quanto à valoração da prova es-
1545 crita de um outro candidato, que não teria chegado a con-

27

1546 cluir a redação a tinta, do rascunho que a lápis fizera. O
1547 Cocepe decidiu, e bem, e na esteira de informações prestadas
1548 por membros da comissão examinadora, que nada havia de irre-
1549 gular, pois a prova de tal candidato foi considerada e valo-
1550 rada apenas no quanto tinha sido passado a limpo a tinta. Não
1551 há aí ilegalidade na decisão do Cocepe. 3. Há impugnação dos
1552 recorrentes, pelo fato de que as informações prestadas por
1553 membros da comissão examinadora ao Cocepe não o foram pela
1554 totalidade de membros da comissão, mas apenas por alguns des-
1555 tes. Ora, o que importa é que membros da comissão examinado-
1556 ra prestaram as informações solicitadas pelo Cocepe. A exi-
1557 gência legal é de que todos os membros participem dos traba-
1558 lhos de concurso, mas não de que todas as informações ulterio-
1559 rmente prestadas o sejam pela totalidade da comissão. É
1560 princípio jurídico o de que os requisitos de substância do a-
1561 to não são necessariamente os mesmos de sua demonstração. É
1562 exemplo disto a legislação de sociedades anônimas, onde, mes-
1563 mo nos casos em que exige quorum especial para a realização
1564 de assembléia geral, admite que a ata seja firmada apenas por
1565 alguns dos presentes. Igual neste caso, onde de alguns mem-
1566 bros da banca colheu o Cocepe as informações de que carecia,
1567 sobre aspectos do concurso. A presunção é sempre a da boa fé.
1568 Há que se admitir como verdadeiras as informações de alguns
1569 membros, não se podendo inquirir de falsas suas afirmações
1570 pelo só fato de não ser afirmação global da comissão. Esta
1571 comissão não vê, também aqui, ilegalidade na decisão do
1572 Cocepe, que, aliás, para decidir, não está obrigado a ouvir
1573 toda a comissão examinadora ou mesmo parte dela. 4. Há impug-
1574 nação dos recorrentes ao fato de que a leitura da prova es-
1575 crita de um dos candidatos deu-se em horário já avançado,
1576 quando o público presente já se teria reduzido. A publicida-
1577 de do ato não está adstrita ao número de pessoas que acor-
1578 rem a assisti-lo, mas meramente no estar ensejada tal assis-
1579 tência. Não fora assim, o concurso que desinteressasse pes-
1580 soas de assisti-lo estaria prejudicado em sua validade, o
1581 que constituiria disparate. O não acolhimento deste aspecto
1582 pelo Cocepe não configura ilegalidade. Ademais, no caso hou-
1583 ve assistência, pois dizem os recorrentes "No momento da lei-
1584 tura da prova, todos presenciaram a solicitação que fez o re-
1585 ferido candidato. . ." Portanto, se todos presenciaram é por-
1586 que, além de aberta a presença de quem lá desejasse estar,

28

1587 tal a leitura da prova fez-se perante várias pessoas, "to-
 1588 dos" os que a presenciaram. Esta comissão também não vê ile-
 1589 galidade na decisão do Cocepe, no inacolher tal aspecto da
 1590 inconformidade dos recorrentes. Assim, seja pela falta de le-
 1591 gítimo interesse em anular o concurso, que obsta o exame da
 1592 pretensa ilegalidade de valorar o diploma de graduação infe-
 1593 riormente a 5, seja pela não configuração de ilegalidade da
 1594 decisão do Cocepe quanto aos demais aspectos, o parecer des-
 1595 ta comissão é pelo não conhecimento do recurso. Pelotas, 3
 1596 de outubro de 1991. Maria Amélia Soares Dias da Costa José
 1597 Gilberto da Cunha Gastal." Concluída a leitura do parecer, o
 1598 mesmo foi colocado em discussão e, após, em votação. Procedi
 1599 da a votação, o parecer da Comissão de Legislação e Normas
 1600 foi aprovado por maioria de votos. Verificou-se um voto con-
 1601 trário e quatro abstenções. Encerrado o exame da ordem do
 1602 dia, o Senhor Presidente colocou a palavra à disposição dos
 1603 presentes. Como dela ninguém mais desejasse fazer uso, agra-
 1604 deceu a comparência de todos e o alto nível dos trabalhos de
 1605 senvolvidos durante a sessão, fazendo, ainda, um apelo para
 1606 que a comunidade interna da Universidade se fizesse represen-
 1607 tar nos eventos que estão acontecendo no Conservatório de Mũ-
 1608 sica sob o título "UFPel Chama", visto ser esta uma importan-
 1609 te oportunidade de promover a interação da Universidade com
 1610 a comunidade externa. À seguir, procedeu o encerramento da
 1611 sessão. Do que, para constar, eu, *efanie* Leonor Lima
 1612 de Faria, Secretária dos Conselhos Superiores da Universida-
 1613 de Federal de Pelotas, lavrei a presente Ata, a qual, após a
 1614 provada, será igualmente assinada pelo Senhor Presidente. --

.....

